



Edilson Pereira Nobre Júnior

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6219856215182127>
ID Lattes: **6219856215182127**
Última atualização do currículo em 05/03/2024

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1986), mestrado(1999) e doutorado(2002) em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco e pós-doutorado pela Universidade de Coimbra. Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco e Desembargador do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, estando na Presidência do Tribunal desde 29/03/21. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Administrativo e Constitucional, atuando principalmente nos seguintes temas: direito administrativo, desapropriação, direitos fundamentais, direito do estado, princípio da boa-fé e jurisdição constitucional. Membro do Instituto de Derecho Administrativo - IIDA. Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP). É ocupante da Cadeira nº 16 da Academia de Letras Jurídicas do Rio Grande do Norte, cujo patrono é Miguel Seabra Fagundes, e da Cadeira nº 36 da Academia Norte-Rio-Grandense, cujo patrono é Benício Filho. É ainda Sócio-Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte - IHGRN. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome

Edilson Pereira Nobre Júnior

Nome em citações bibliográficas

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; NOBRE JUNIOR, EDILSON PEREIRA

Lattes iD

 <http://lattes.cnpq.br/6219856215182127>

Endereço

Endereço Profissional

Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Direito Público Especializado (II Departamento).
Praça Adolfo Cirne, s/n
Boa Vista
50050060 - Recife, PE - Brasil
Telefone: (81) 21267873
Fax: (81) 21267863
URL da Homepage: <http://www.ufpe.br>

Formação acadêmica/titulação

2000 - 2002

Doutorado em Direito.
Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil.
Título: O Princípio da Boa-Fé e Sua Aplicação no Direito Administrativo Brasileiro, Ano de obtenção: 2002.
Orientador: Professor Doutor Francisco Queiroz Bezerra Cavalcânti.

1998 - 1999

Mestrado em Direito.
Universidade Federal de Pernambuco, UFPE,
Brasil.
Título: Medidas Provisórias: Controles
Legislativo e Jurisdicional, Ano de Obtenção:
1999.
Orientador: Professor Doutor Francisco Queiroz
Bezerra Cavalcânti.

1982 - 1986

Graduação em Direito.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte,
UFRN, Brasil.

Pós-doutorado

2019 - 2020

Pós-Doutorado.
Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da
Universidade de Coimbra, UNIV COIMBRA,
Portugal.
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

Formação Complementar

2000 - 2000

Extensão Sobre Execução Contra a Fazenda
Pública. (Carga horária: 40h).
Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil.

1998 - 1998

Curso de Direito Constitucional E Direito
Internac.
Universidade de Lisboa, UL, Portugal.

Atuação Profissional

Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil.

Vínculo institucional

2012 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Professor titular

Tribunal Regional Federal da 5ª Região, TRF/5ª Região, Brasil.

Vínculo institucional

2010 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Desembargador Federal

Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil.

Vínculo institucional

2020 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Professor titular, Carga horária: 40

Outras informações

A tese de titularidade "O CONTROLE JURISDICIONAL DA FUNÇÃO NORMATIVA DAS AGÊNCIAS REGULADORAS. UMA ANÁLISE ADEQUADA AO DIREITO BRASILEIRO?" foi aprovada com nota 10, por unanimidade, pela Comissão Especial de Avaliação de Tese de Titularidade, nominalmente Professor Francisco Cavalcanti ? Titular Livre da Faculdade de Direito do Recife ? UFPE, Professora Germana de Oliveira Moraes ? Titular da Universidade Federal do Ceará, Professor Fernando Facury Scaff ? Titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e Professor Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva ? Titular da Universidade Federal Fluminense

Vínculo institucional

2015 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Professor Assossiado II, Carga horária: 40

Outras informações

Cumulação com Magistratura, nos termos do ADI - MC 3126

Vínculo institucional

2012 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Professor Associado I, Carga horária: 20

Vínculo institucional

2012 - 2015

Vínculo: , Enquadramento Funcional: Professor Associado II, Carga horária: 20

Vínculo institucional

2001 - 2005

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Outro, Carga horária: 20

Outras informações

Professor do Mestrado em Direito da UFPE, com início em 2001 e desligado em 2005.

Atividades

10/2003 - 6/2005

Ensino, Direito, Nível: Pós-Graduação

Disciplinas ministradas
Direito Administrativo

6/2001 - 6/2005

Ensino, Direito, Nível: Especialização

Disciplinas ministradas
Direito Administrativo

Faculdade Estácio de Sá (PE), FIR, Brasil.

Vínculo institucional

2011 - 2015

Vínculo: , Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 20

Justiça Federal, JFRN*, Brasil.

Vínculo institucional

1992 - 2010

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Juiz Federal, Carga horária: 0

Atividades

6/1992 - 7/2010

Serviços técnicos especializados , Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, 4ª Vara

Federal.

Serviço realizado
Juiz Federal.

Tribunal Regional Eleitoral, TRE/RN, Brasil.

Vínculo institucional

1997 - 1999

Vínculo: Agente Político, Enquadramento
Funcional: Juiz do Tribunal Regional Eleitoral,
Carga horária: 0

Atividades

1/1997 - 12/1998

Serviços técnicos especializados , Tribunal
Regional Eleitoral.

Serviço realizado
Juiz do Tribunal Regional Eleitoral.

Ministério Público Federal, MPF, Brasil.

Vínculo institucional

1991 - 1992

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Procurador da República, Carga
horária: 0, Regime: Dedicção exclusiva.

Atividades

2/1991 - 6/1992

Serviços técnicos especializados , Ministério
Público Federal.

Serviço realizado
Procurador da República.

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, TJRN, Brasil.

Vínculo institucional

1988 - 1991

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Juiz de Direito, Carga horária: 0

Atividades

5/1988 - 2/1991

Serviços técnicos especializados , Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte.

Serviço realizado
Juiz de Direito.

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, MPRN, Brasil.

Vínculo institucional

1988 - 1988

Vínculo: Agente Político, Enquadramento
Funcional: Promotor de Justiça Substituto

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Brasil.

Vínculo institucional

1993 - 2012

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Professor adjunto IV, Carga horária:
20

Atividades

6/2003 - 1/2012

Ensino, Direito, Nível: Pós-Graduação

Disciplinas ministradas
Jurisdição Constitucional

6/2003 - 1/2012

Ensino, Especialização Em Direito
Constitucional, Nível: Especialização

Disciplinas ministradas
Jurisdição Constitucional

6/1993 - 1/2012

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas
Teoria Geral do Direito Civil

Vínculo institucional

2003 - 2010

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: Outro, Carga horária: 20

Vínculo institucional

1987 - 1990

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional:
Professor auxiliar, Carga horária: 20

Atividades

08/2006 - 09/2010

Pesquisa e desenvolvimento, Pro-Reitoria
Academica.

Linhas de pesquisa
DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO E DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS

1/2003 - 09/2010

Ensino, Especialização Em Direito Público,
Nível: Pós-Graduação

Disciplinas ministradas
Direito Administrativo

3/1987 - 12/1990

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas
Direito Comercial

Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, TREPE, Brasil.

Vínculo institucional

2019 - 2021

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Juiz

Projetos de pesquisa

2020 - AtualGLOBALIZAÇÃO, CONTROLE DAS FUNÇÕES
ESTATAIS E COMBATE À CORRUPÇÃO

Descrição: O presente projeto se insere na Área de Especialidade de Direito Público. Destina-se, inicialmente, ao exame do novo quadro inerente ao controle das funções estatais, formulado entre nós diante e em razão da Constituição Federal de 1988, a qual coincidiu tornar-se contemporânea dos efeitos da globalização..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (1) /
Especialização: (1) / Mestrado acadêmico: (9) /
Doutorado: (3) .

Integrantes: Edilson Pereira Nobre Júnior -
Coordenador / Manoel de Oliveira Erhardt -
Integrante / Marina de Siqueira Campos
Rebouças - Integrante / Luísa Almeida
Dubourcq Santana - Integrante / Danielle Victor
Ambrosano - Integrante / Danilo Miranda Vieira
- Integrante / José Francisco Britto Fraga -
Integrante / Pedro de Oliveira Alves -
Integrante / Pedro Dias de Oliveira Netto -
Integrante / Vitor Galvão Fraga - Integrante /
Romero Paes Barreto de Albuquerque -
Integrante / Flávio Germano de Sena Teixeira
Júnior - Integrante / Maria Madalena Salsa
Aguiar - Integrante / Nathalia Nóbrega
Cocentino - Integrante / Rafael Gomes da
Cunha Cavalcante - Integrante / Ronny Charles
Lopes de Torres - Integrante.

2018 - Atual

O controle das funções estatais na atualidade e
o combate à corrupção

Descrição: O presente projeto se insere na Área de Especialidade de Direito Público. Destina-se, inicialmente, ao exame do novo quadro inerente ao controle das funções estatais, formulado entre nós diante e em razão da Constituição Federal de 1988. Tal proposta, sem sombra de dúvidas, guarda pertinência com o Direito Administrativo, disciplina que o seu autor leciona em sede de graduação perante a Faculdade de Direito do Recife da Universidade Federal de Pernambuco e também, de uma forma específica, perante o Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado e Doutorado) da mesma instituição, onde rege a disciplina Controle da Administração Pública: novas dimensões, inserta na Linha de Pesquisa 1.2 (Estado, Regulação e Tributação Indutora). Tem perfeita aderência igualmente à Linha de Pesquisa 1.1. (Processo e Jurisdição Constitucional), a qual, juntamente com a anterior, acha-se vinculada à Área de Concentração "Transformações do Direito Público". Observe-se ainda que a matéria a ser pesquisada, inquestionavelmente, insere-se no âmbito de investigação do grupo de pesquisa de que é líder o seu autor, com

registro no CNPQ, cujo título é "Desafios do controle da Administração Pública contemporânea?". Terá como objeto principal o exame que o tema despertou e vem despertando entre nós a partir da promulgação da constituição vigente, sendo salutar, como forma de lastrear o desenvolvimento do tema, o estudo do estado da arte da questão no estrangeiro, principalmente nos países vinculados ao direito europeu continental, que, desde a segunda metade da centúria passada, vêm se sintonizando nos trilhos do Estado constitucional de Direito, de maneira que será também de atenção primordial a leitura dos principais textos doutrinários extra sobre a matéria, bem assim a análise das decisões jurisprudenciais proferidas sobre a temática. Com isso, espera o candidato envidar esforços para a elaboração de textos de natureza científica, em formato de artigo científico, ou, se for o caso, de livro, desenvolvendo a análise de assuntos que gravitam em torno do objeto central da pesquisa..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Edilson Pereira Nobre Júnior - Coordenador.

2017 - 2018

Administração Pública e combate à corrupção: desafios em torno da interpretação da Lei 12.846/2013

Descrição: O presente projeto visa analisar institutos jurídicos constantes da Lei 12.846/2013. Tal proposta se insere na área do Direito Administrativo, disciplina que o seu autor leciona perante a graduação e, de uma forma específica, perante o Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado e Doutorado), onde se ministra a disciplina Controle da Administração Pública: novas dimensões, inserida no conjunto da Linha de Pesquisa "Estado, Regulação e Tributação Indutora". Versando inovação no controle da função administrativa, a matéria a ser pesquisada se insere, inquestionavelmente, no âmbito de investigação do grupo de pesquisa de que é líder o seu autor, cujo título é "Desafios do controle da Administração Pública contemporânea?". Terá como ponto de partida a leitura dos principais textos sobre a matéria, principalmente da doutrina nacional, mas sem perder de vista a atenção que o tema suscita no estrangeiro, para o fim de se tentar principalmente mediante a confecção de artigos, de autoria exclusiva ou compartilhada, por parte deste docente ou de seus alunos equacionar os principais problemas e desafios que a Lei 12.846/2013 como toda inovação relevante é suscetível de acarretar..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (0) / Especialização: (0) / Mestrado acadêmico: (0) / Mestrado profissional: (0) / Doutorado: (0) .

Integrantes: Edilson Pereira Nobre Júnior - Coordenador.

2015 - Atual

Desafios do Controle da Administração Pública Contemporânea

Descrição: Pretende o presente trabalho focar a importância do controle da Administração Pública, destacando o seguinte conteúdo programático: 1) Constituição e Administração Pública. O princípio da juridicidade da Administração; 2) Uma nova função administrativa: perseguição do interesse público, ao invés da mera aplicação da lei de ofício; 3) A função administrativa e responsabilidade dos agentes públicos; 4) As leis de procedimento administrativo como forma de disciplinar a atuação da Administração (instrumento de governo e de controle); 5) O Direito Administrativo e a globalização..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Mestrado acadêmico: (4) .

Integrantes: Edilson Pereira Nobre Júnior - Coordenador / Nara Cysneiros - Integrante / João Otávio Pimentel - Integrante / Pedro Irineu de Moura Araújo Neto - Integrante / Gabriela Borba Evangelista - Integrante / Jonas Mário Nascimento Cassiano - Integrante / Camila Laurentino Lopes - Integrante / Cristiano Araújo Luzes - Integrante.

2004 - 2012

Jurisdição Constitucional como tutela dos direitos fundamentais

Descrição: Pretende-se com o presente trabalho focar a importância da jurisdição constitucional como instrumento de tutela dos direitos fundamentais. No Brasil, a profusão de atos normativos de natureza infraconstitucional, tais como leis e medidas provisórias, vem gerando uma complexidade de comandos normativos que interferem na vida em sociedade, muitas vezes malferindo direitos dos cidadãos. Relevante, nessa situação, verificar a conformidade da atividade legislativa ao texto e espírito da Constituição, desenvolvendo a pesquisa no sentido de demonstrar a expansão da atuação das Cortes Constitucionais, no controle de constitucionalidade, trazendo a lume a experiência de outros países, demonstrando obstáculos enfrentados, historicamente, com os consequentes reflexos na efetivação da proteção dos direitos fundamentais. Além de focar a questão da importância desse controle jurisdicional a nível constitucional, abordar-se-á quanto à composição dos respectivos órgãos encarregados desse mister, a fim de assegurar a efetividade da proteção dos direitos fundamentais, sendo relevante realizar um estudo comparado, no sentido de verificar a composição desses organismos de controle, apontando a qualificação de seus membros e sua legitimidade democrática, de modo que o resultado desse enfoque possa servir como parâmetro crítico da situação atual do nosso país, contribuindo para que possamos evoluir no sentido da efetiva tutela dos direitos fundamentais da pessoa humana, reflexo do Estado Democrático de Direito..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (0) / Especialização: (0) / Mestrado acadêmico: (8) / Mestrado profissional: (0) / Doutorado: (0) .

Integrantes: Edilson Pereira Nobre Júnior - Coordenador / Artur Cortez Bonifácio - Integrante / Vladimir Rocha França - Integrante / Aline Maria da Rocha Lemos - Integrante / Andreo Aleksandro Nobre Marques - Integrante / Carlos Wagner Dias Ferreira - Integrante / Felipe Luiz Machado Barros - Integrante / João

Paulo dos Santos Melo - Integrante / Marco Bruno Miranda Clementino - Integrante / Marcus Aurélio de Freitas Barros - Integrante / Marcus Vinícius do Nascimento Lima - Integrante.

Financiador(es): Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Cooperação.

Número de produções C, T & A: 5

Projetos de extensão

2022 - 2022

Os paradigmas do direito administrativo sancionador no Estado constitucional

Descrição: O curso "Os paradigmas do direito administrativo sancionador no Estado constitucional", vinculado ao grupo de pesquisa "Desafios do controle da Administração Pública contemporânea", coordenado pelo Prof. Dr. Edson Pereira Nobre Júnior, contou com a participação de mestres e doutores, professores de instituições públicas e privadas, assim como pesquisadores, representando uma contribuição para a divulgação do conhecimento, especialmente por meio de temas relacionados ao direito administrativo sancionador no Estado constitucional. Foram ministradas dez palestras, realizadas em três dias no mês de julho do corrente ano. Ademais, houve participação dos ouvintes, com o envio de perguntas a serem respondidos pelos palestrantes, de forma que o o evento integrou os participantes nas discussões propostas..

Situação: Concluído; Natureza: Extensão.

Alunos envolvidos: Graduação: (3) / Especialização: (1) / Mestrado acadêmico: (6) / Doutorado: (5) .

Integrantes: Edilson Pereira Nobre Júnior - Coordenador / Vladimir Rocha França - Integrante / Danilo Miranda Vieira - Integrante / Pedro de Oliveira Alves - Integrante / Vitor Galvão Fraga - Integrante / Flávio Germano de Sena Teixeira Junior - Integrante / Nathalia Nóbrega Cocentino - Integrante / Ana Roberta Góis de Almeida - Integrante / Ednaldo Silva Ferreira Júnior - Integrante / Maria Madalena Salsa de Aguiar - Integrante / Moab de Moraes Lopes - Integrante / Pedro Dias de Oliveira Neto - Integrante / Victor Gabriel Alcantara de Albuquerque - Integrante / José Roberto Pimenta - Integrante.

Membro de corpo editorial

2020 - Atual

Periódico: Revista Direito e Liberdade

2013 - Atual

Periódico: Revista da SJRJ

2011 - Atual

Periódico: Fórum Administrativo

2010 - Atual

2009 - Atual

Periódico: Revista digital constituição e garantia de direitos (UFRN)

2009 - Atual

Periódico: Revista ESMAFE

2008 - Atual

Periódico: Revista Brasileira de Direito Administrativo e Regulatório

Revisor de periódico

2016 - Atual

Periódico: Revista da Faculdade Mineira de Direito

2016 - Atual

Periódico: REVISTA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

2016 - Atual

Periódico: REVISTA DIREITO PÚBLICO

2014 - Atual

Periódico: REVISTA DE DIREITO E LIBERDADE

2019 - Atual

Periódico: Revista Acadêmica

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Constitucional.

2.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Administrativo.

3.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Privado/Especialidade: Direito Civil.

Idiomas

Francês

Compreende Bem, Fala Razoavelmente, Lê Bem, Escreve Pouco.

Espanhol

Compreende Bem, Fala Razoavelmente, Lê Bem, Escreve Bem.

Italiano

Compreende Razoavelmente, Fala Pouco, Lê Bem, Escreve Pouco.

Prêmios e títulos

2021

Medalha Flávio de Queiroz Bezerra Cavalcanti, Instituto dos Advogados de Pernambuco.

2019

Medalha do mérito eleitoral Frei Caneca - classe ouro, Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.

2018

Medalha de honra ao mérito Desembargador Antonio Rulli Junior, Tribunal de Justiça de Pernambuco.

2017

Comemoração dos 50 anos da Justiça Federal do Rio Grande do Norte, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte.

2006

Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho "Djalma Aranha Marinho" no grau de Grande Oficial, Tribunal Regional do Trabalho 21ª Região.

2003

Nome de Turma da Graduação 2003 de Direito da UFRN, Formandos 2003.1 em Direito da UFRN.

2002

Diploma de Honra ao Mérito, Conselho Nacional dos Secretários de Estado de Justiça, Dir. Humanos e Adm. Penitenciária - CONSEJ.

1994

Título de cidadão São-Tomeense, Câmara Municipal de São Tomé - RN.

Produções

Outras

Total de trabalhos:60

Total de citações:60

Edilson Pereira Nobre
Júnior Data: 03/09/2007

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica



1.

RODRIGUES JÚNIOR, JOSÉ GUTEMBERGUE SOUSA ; **NOBRE JÚNIOR, EDILSON PEREIRA** . Possíveis reflexos da lei 14.230/21 no Direito Penal. REVISTA ACADEMICA **JCR**, v. 95, p. 18-34, 2024.

2.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Amaço Cavalcanti, formulador do Direito Público brasileiro. REVISTA ACADEMICA **JCR**, v. 95, p. 170-181, 2023.

3.

NOBRE JÚNIOR, EDILSON PEREIRA. Somos todos habitantes da Terra: um ensaio sobre o instituto da apatridia. REVISTA DIGITAL CONSTITUIÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS (UFRN), v. 15, p. 22-39, 2023.

4.

NOBRE JÚNIOR, EDILSON PEREIRA. O Supremo Tribunal Federal e o instituto do precatório: subsídios para interpretação das ECS 113 e 114. Direito Administrativo e Infraestrutura, v. 26/2023, p. 165-182, 2023.

5.

NOBRE JÚNIOR, EDILSON PEREIRA. Precedente e segurança jurídica. A mudança jurisprudencial e o direito público brasileiro. RJLB - REVISTA JURÍDICA LUSO-BRASILEIRA, v. 9, p. 727-763, 2023.

6.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. A LINDB e sua aplicação no direito tributário. Interesse Público, v. 131, p. 43-61, 2022.

7.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Improbidade administrativa e o acordo de não persecução civil. Revista de Direito e Infraestrutura, v. 21, p. 301-307, 2022.

8.

POROCA, V. C. ; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira** . Arbitragem tributária: a experiência portuguesa e as propostas legislativas brasileiras. Revista Brasileira de Pesquisas Jurídicas, v. 3, p. 191-229, 2022.

9.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O controle difuso e concreto de constitucionalidade na atualidade do direito brasileiro: uma visão

10.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Improbidade administrativa e prescrição - apontamentos sobre a reforma legislativa. A&C. REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO & CONSTITUCIONAL (IMPRESSO) **JCR**, v. 88, p. 177-191, 2022.

11.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; ALMEIDA FILHO, E. R. . A retórica do controle sobre as transferências internacionais de dados pessoais e sua crítica. Interesse Público, v. 134, p. 31-52, 2022.

12.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; ALBUQUERQUE, V. G. A. . A responsabilidade tributária das pessoas jurídicas integrantes de grupos econômicos não formalizados. REVISTA ACADEMICA **JCR**, v. 94, p. 121-145, 2022.

13.

NOBRE JÚNIOR, EDILSON PEREIRA. Direito administrativo sancionador e as agências reguladoras. A experiência brasileira. Revista Digital De Derecho Administrativo **JCR**, v. 28, p. 291-316, 2022.

14.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; ALBUQUERQUE, R. P. B. . A derrotabilidade das regras de arbitragem na concessão do Aeroporto de Viracopos. REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PUBLICO, v. 1, p. 81-96, 2021.

15.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; TEIXEIRA JUNIOR, F. G. S. . O Estado Administrativo Norte Americano em xeque? Reflexões baseadas na doutrina e jurisprudência. Revista Brasileira de Pesquisas Jurídicas, v. 2, p. 51-80, 2021.

16.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; FRAGA, V. G. . O princípio da legalidade em tempos de pandemia. REVISTA ACADEMICA **JCR**, v. 93, p. 60-76, 2021.

17.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Administração Pública e arbitragem a partir de uma visão comparativa com o Sistema Jurídico Lusitano. RJLB - REVISTA JURÍDICA LUSO-BRASILEIRA, v. 4, p. 327-387, 2021.

18.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Diretrizes para o juiz da Administração Pública a partir do contributo de Vieira de Andrade. Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura, v. 18/2021, p. 123-151-151, 2021.

19.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; TORRES, R. C. L. . A nova Lei de Licitações e o controle das contratações públicas. Revista da AGU, v. 20, p. 19-48, 2021.

20.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. A invalidação dos contratos administrativos à luz da Lei 14.133/2021. Revista Brasileira de Pesquisas Jurídicas, v. n. 2, p. 7-35-35, 2021.

21.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Anotações sobre o direito comparado. REVISTA ACADEMICA JCR, v. CXXX, p. 96-111, 2021.

22.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Desenvolvimento e Constituição. REVISTA DIREITO E DESENVOLVIMENTO, v. 12, p. 181-192, 2021.

23.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O Supremo Tribunal Federal e a igualdade: dos modelos tradicionais à discriminação reversa. RJLB - REVISTA JURÍDICA LUSO-BRASILEIRA, v. 123, p. 333-388, 2020.

24.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; XAVIER, M. B. . A racionalidade kantiana no Direito (ainda) Público. REVISTA INTERESSE PUBLICO, v. 120, p. 15-35, 2020.

25.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Presente e futuro do Direito Administrativo Sancionador: o que aprender com a crise do COVID-19?. REVISTA ACADEMICA JCR, v. 81, p. 84-97, 2020.

26.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. A LINDB e a influência da realidade na função administrativa. O texto versus o contexto.. REVISTA INTERESSE PUBLICO, v. 2, p. 1-20, 2020.

27.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Direitos sociais, segurança jurídica e vedação de retrocesso. Revista de Direito Administrativo e Constitucional JCR, v. 1, p. 1-34, 2020.

28.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; FRAGA, V. G. . Retrocessão e inércia do expropriante. Revista Forense, v. 432, p. 3-17, 2020.

29.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Divisão de poderes ? entre o legislador e o juiz. Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura, v. 4, p. 165-184, 2020.

30.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. A Lei 9.784/99 e o procedimento administrativo: 20 anos de um paradigma. Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura, v. 8/2019, p. 129-149, 2019.

31.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; REBOUCAS, M. S. C. . O controle jurisdicional dos Atos Normativos das Agências Reguladoras em face da Discricionariedade Técnica. JURIS PLENUM DIREITO ADMINISTRATIVO, v. 21, p. 1-13, 2019.

32.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Considerações sobre o princípio constitucional da impessoalidade administrativa. Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura, v. 9/2019, p. 1-12, 2019.

33.

NOBRE JÚNIOR, EDILSON PEREIRA. O ensino jurídico no Brasil - imperfeições e desafios. DUC IN ALTUM CADERNOS DE DIREITO, v. 11, p. 295-318, 2019.

34.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. A autorização de serviço público e a Constituição de 1988. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, v. 1, p. 181-197, 2019.

35.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. A Constituição de 1988: os inconvenientes da opção pelo detalhe. RJLB - REVISTA JURÍDICA LUSO-BRASILEIRA, v. 01, p. 333-357, 2018.

36.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. A função normativa das agências reguladoras no Direito brasileiro e seus limites. Interesse Público, v. 109, p. 237-255, 2018.

37.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Direitos fundamentais penais: entre o legislador e o tribunal constitucional. A & C Revista de Direito Administrativo e Constitucional **JCR**, v. 72, p. 235-254, 2018.

38.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Evolução do controle de constitucionalidade no sistema jurídico brasileiro. DIREITO PÚBLICO (PORTO ALEGRE), v. 73, p. 95-121, 2017.

39.

NOBRE JÚNIOR, EDILSON PEREIRA. Jurisdição constitucional e política. REVISTA DE INVESTIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS **JCR**, v. 4, p. 147-162, 2017.

Citações: 1

40.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O princípio da legalidade e os limites do poder regulamentar. REVISTA ACADEMICA, v. 89, p. 144-167, 2017.

41.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. A Transparência Administrativa e a Lei 12.527/2002. Revista da Faculdade de Direito - Universidade Federal de Minas Gerais, v. 70, p. 249-276, 2017.

42.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Contributo potiguar à elaboração doutrinária do Direito Administrativo. BDA (São Paulo), v. maio, p. 433-448, 2016.

43.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Desapropriação, interesse público e controle judicial. Interesse Público (Impresso), v. 96, p. 27-42, 2016.

44.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. A lição imortalizada. Revista da Escola da Magistratura do TRF da 4 Região, v. 1, p. 105-106, 2016.

45.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Há uma discricionariedade técnica?. Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia, v. 26, p. 107-148, 2016.

46.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. A Fazenda Pública e o novo Código de Processo Civil. Revista Brasileira de Direito Processual, v. 96, p. 79-104, 2016.

47.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Advocacia Pública e políticas públicas. BDA (São Paulo), v. 12, p. 1141-1150, 2016.

48.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Contencioso Administrativo Tributário Federal no Brasil: o que esperar do CARF depois da operação Zelotes?. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, v. 69, p. 161, 2016.

49.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Aplicação da lei processual no tempo: os honorários de sucumbência e a Fazenda Pública. Revista Acadêmica, v. 88, p. 165-180, 2016.

50.

NOBRE JÚNIOR, EDILSON PEREIRA. UMA IDEIA DE CONSTITUIÇÃO. Revista de Investigações Constitucionais **JCR**, v. 1, p. 111-145, 2015.

Citações: 5

51.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O preâmbulo e seu componente normativo. A&C. Revista de Direito Administrativo & Constitucional (Impresso) **JCR**, v. 01, p. 47-61, 2015.

52.

NOBRE JÚNIOR, EDILSON PEREIRA. O artigo 54 da Lei 9.784/99 e as relações jurídico-administrativas anteriores. Revista de Informação Legislativa, v. 206, p. 103-110, 2015.

53.

NOBRE JÚNIOR, EDILSON PEREIRA. Improbidade Administrativa: uma leitura do art. 11 da lei 8.429/1992 à luz do princípio da segurança jurídica. Revista Trimestral de Direito Público, v. 61, p. 87-98, 2015.

54.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Improbidade administrativa e prescrição. Fórum Administrativo, v. 177, p. 27-35, 2015.

55.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Segurança jurídica no procedimento administrativo tributário - a questão da revisão judicial das decisões proferidas pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. *Revista Dialética de Direito Tributário*, v. 221, p. 19-33, 2014.

56.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Prescrição e a pretensão de ressarcimento por dano ao erário. *Revista Trimestral de Direito Público*, v. 01, p. 60-74, 2014.

57.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Ação para apuração de ato de improbidade administrativa e o seu cabimento frente aos agentes políticos. *Revista Trimestral de Direito Público*, v. 1, p. 70-90, 2014.

58.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Fraude à Lei. *Revista da AJURIS*, Porto Alegre, RS, v. 41, p. 125-146, 2014.

59.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. As sanções tributárias numa perspectiva jurisprudencial. *Revista Dialética de Direito Tributário*, v. 209, p. 42, 2013.

60.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Os juizados especiais federais e o pedido de uniformização de jurisprudência. *Revista Dialética de Direito Processual*, v. 122, p. 16-28, 2013.

61.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Medida cautelar fiscal: 20 anos de vigência da Lei 8.397/1992. *Revista Dialética de Direito Processual*, v. 128, p. 30-44, 2013.

62.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Improbidade administrativa: uma leitura do art. 11 da lei 8.429/92 à luz do princípio da segurança jurídica. *Direito Federal*, v. 93, p. 207-221, 2013.

63.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Contributo potiguar à elaboração doutrinária do Direito Administrativo. *Revista FIDES*, v. 4, p. 33, 2013.

64.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Coisa julgada versus fiscalização de constitucionalidade: apontamentos para compreensão dos artigos 475 - L, II, parágrafo único, e 741, II, parágrafo único, do CPC. A&C. *Revista de Direito Administrativo & Constitucional (Impresso) JCR*, v. 47, p. 151-182, 2012.

65.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Quebrantamento de uma tradição ou o retorno ao Bonham's case. *Revista Trimestral de Direito Público*, v. 57, p. 69-86, 2012.

66.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Segurança jurídica e procedimento administrativo tributário. Revista Dialética de Direito Tributário, v. 1, p. 37-46, 2012.

67.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Situação jurídica dos animais. Fides : Revista de Filosofia do Direito, do Estado e da Sociedade, v. 3, p. 16-23, 2012.

68.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Liberdade de expressão e o direito à imagem. Revista Jurídica Consulex, v. 1, p. 26-28, 2012.

69.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. A função normativa na Constituição de Cádiz: uma análise comparativa frente à Constituição Imperial de 1824. Revista Latino-Americana de Estudos Constitucionais, v. 13, p. 309-337, 2012.

70.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. A nova sistemática da prescrição e da decadência. Revista do Tribunal Regional Federal 5. Região, v. 73, p. 118-160, 2012.

71.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Função Administrativa e Participação Popular. Revista dos Tribunais (São Paulo. Impresso), v. Especial, p. 699-712, 2012.

72.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Considerações sobre o cabimento da responsabilidade civil da Administração Tributária e o emprego dos meios coativos indiretos. Revista Dialética de Direito Tributário, v. 186, p. 7-22, 2011.

73.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. A lição imortalizada. Revista Brasileira de Direito Administrativo e Regulatório, v. 3, p. 67-84, 2011.

74.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Ativismo judicial: possibilidade e limites. A&C. Revista de Direito Administrativo & Constitucional (Impresso) **JCR**, v. 43, p. 91-118, 2011.

75.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Magistério Superior e Regime Jurídico: Uma abordagem em torno do Atr. 206, V, da Constituição Federal.. revista brasileira de direito administrativo e regulatório, v. 4, p. 57-70, 2011.

76.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. "A jurisdição constitucional e os direitos fundamentais: uma análise em torno do direito ao desenvolvimento". A&C. Revista de Direito Administrativo & Constitucional (Impresso) **JCR**, v. 46, p. 57, 2011.

77.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. A nova disciplina do mandado de segurança. Revista CEJ (Brasília), v. 15, p. 11-24, 2011.

78.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Fiscalização abstrata de constitucionalidade e medida cautelar. A&C. Revista de Direito Administrativo & Constitucional (Impresso) JCR, v. 10, p. 63-93, 2010.

79.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O triunfo de Sieyès. Revista CEJ (Brasília), v. XIV, p. 6-10, 2010.

80.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Meio Ambiente, Propriedade e Cobertura Florestal. Revista CEJ (Brasília), v. 49, p. 06-13, 2010.

81.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Abuso de direito e o seu conhecimento de ofício pelo juiz. Revista de Direito e Liberdade, v. 11, p. 1-12, 2010.

82.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Fiscalização de Constitucionalidade: A Reforma do Modelo Espanhol. Revista FIDES, v. I, p. 14-18, 2010.

83.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Recurso Extraordinário e a Emenda Constitucional 45/05. Revista Forense (Impresso), v. 408, p. 529-544, 2010.

84.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Controle Judicial de Constitucionalidade: o contributo da constituição de 1891. Historia Constitucional (Oviedo) JCR, v. 11, p. 297-320, 2010.

85.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Direito Administrativo, segurança jurídica e meio ambiente. revista brasileira de direito administrativo e regulatório, v. 2, p. 41-63, 2010.

86.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O controle de políticas públicas: um desafio à jurisdição constitucional. RDE. Revista de Direito do Estado, v. 14, p. 107-137, 2009.

87.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Mandado de Injunção: duas décadas de vigência de uma garantia constitucional. Revista dos Tribunais (São Paulo. Impresso), v. 881, p. 9-56, 2009.

88.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Liberdade de expressão versus direitos da personalidade. Revista CEJ (Brasília), v. 45, p. 4-13, 2009.

89.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Boa-fé como baliza da relação jurídico-administrativa.. Carta Forense, v. 4 maio, p. 1, 2009.

90.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Da perda e suspensão dos direitos políticos. Estudos Eleitorais, v. 4, p. 65-86, 2009.

91.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Processo administrativo disciplinar e o devido processo legal: considerações em torno da súmula 343 ? STJ. Fórum Administrativo, v. 85, p. 22-29, 2008.

92.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O veto por inconstitucionalidade e o seu controle jurisdicional. Revista da Ajuris, v. 35, p. 95-118, 2008.

93.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Conversão e negócio jurídico anulável. Revista de Informação Legislativa, v. 178, p. 215-228, 2008.

94.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Simulação e sua argüição pelos simuladores. Revista ESMAFE, v. 18, p. 11-25, 2008.

95.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O controle do valor aduaneiro e a Súmula 323 - STF. Revista Jurídica da Seção Judiciária de Pernambuco, v. 1, p. 75-86, 2008.

96.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. A Constitucionalidade da Lei de Imprensa: uma análise da ADPF 130-7. Revista CEJ/RN, v. 13, p. 31-46, 2008.

97.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Restrição da liberdade de informação jornalística: Considerações à base do sistema dos direitos fundamentais. Revista CEJ/RN, v. 13, p. 27-50, 2008.

98.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Mandado de Segurança coletivo e sua impetração por partido político. Cuestiones Constitucionales - Revista Mexicana de Derecho Constitucional, v. 8, p. 281-320, 2007.

99.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Lei interpretativa versus retroatividade: o debate no Direito Tributário. Revista da Ajuris, v. XXXIV, p. 41-56, 2007.

100

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Administração Pública e "disregard doctrine". Juris Rationis (UnP), v. III, p. 207-222, 2007.

101

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; GOIS, V. S. . Restrição da liberdade de informação jornalística: considerações à base do sistema dos direitos fundamentais. Revista CEJ/RN, v. 12, p. 69-98, 2007.

102

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O CADE e a repressão ao abuso do poder econômico. Boletim de Direito Administrativo, São Paulo - SP, v. XII, n.3, p. 280-304, 2006.

103

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Sentenças aditivas e o mito do legislador negativo. Revista de Informação Legislativa, v. 43, p. 111-141, 2006.

104

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Administração Pública e o princípio constitucional da eficiência. Revista da Ajuris, v. 33, p. 37-68, 2006.

105

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Uma História do Direito Administrativo: passado, presente e novas tendências. Revista Ibero-Americana de Direito Público, Rio de Janeiro, v. 18, p. 83-105, 2005.

106

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Duas sugestões interpretativas para um preceito do novo Código Civil. Revista de Direito Privado (São Paulo), São Paulo, v. 22, p. 53-65, 2005.

107

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. A jurisdição constitucional e a Emenda Constitucional 45/04. Revista da Ajuris, v. XXXII, p. 41-65, 2005.

108

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Improbidade administrativa: alguns aspectos controvertidos. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 235, p. 61-91, 2004.

109

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. A prova técnica na desapropriação agrária. Revista da Escola da Magistratura Federal da 5ª Região, Recife, v. 06, p. 125-138, 2004.

110

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Seguridade Social e cidadania (notas sobre a atuação do Poder Judiciário). Direito Federal, Rio de Janeiro, v. 22, n.77, p. 109-124, 2004.

111

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Juizados Especiais Federais. Revista dos Tribunais (São Paulo), v. 93, p. 79-103, 2004.

112

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Responsabilidade civil do Estado por atos legislativos (Revivescimento de uma antiga questão)GA QUESTÃO). Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 231, p. 331-350, 2003.

113

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Função administrativa e participação popular. Revista dos Tribunais (São Paulo. Impresso), São Paulo, v. 796, p. 104-113, 2002.

114

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O Direito Processual Brasileiro e o efeito vinculante das decisões dos TribunaisUNAIS SUPERIORES. Revista de Processo, São Paulo, v. 105, p. 64-95, 2002.

115

.

★ **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira.** O PRINCÍPIO DA BOA-FÉ E O NOVO CÓDIGO CIVIL. Lusíada. Série de Direito, Coimbra, n.Nº 01 e 02, p. 09-28, 2002.

116

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. A posse e a propriedade no novo Código Civil. Revista Forense (Impresso), Rio de Janeiro, v. 364, p. 67-82, 2002.

117

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Desapropriação para fins de reforma urbana. Revista de Informação Legislativa, v. 39, p. 81-91, 2002.

118

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Intervenção estatal sobre o domínio econômico, livre iniciativa e proporcionalidade : céleres considerações.. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 224, p. 285-299, 2001.

119

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O Supremo Tribunal Federal e a disciplina da eficácia das medidas provisórias não convertidas. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 226, p. 167-178, 2001.

120

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Sanções administrativas e princípios do Direito Penal.. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 219, p. 127-151, 2000.

121

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Controle de constitucionalidade: modelos brasileiro e italiano (breve análise comparativa).. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 222, p. 143-178, 2000.

122

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O Direito brasileiro e o princípio da dignidade da pessoa humana.. Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos, Rio de Janeiro, v. 33, p. 137-151, 2000.

123

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Justiça Eleitoral: organização e competência. Cadernos de Direito Constitucional e Eleitoral, São Paulo, v. 14, n.46, p. 26-44, 2000.

124

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Perfil do usucapião constitucional. Revista dos Tribunais (São Paulo. Impresso), São Paulo, v. 764, n.88, p. 719-732, 1999.

125

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Reedição de medida provisória: visão comparativa das jurisprudência da Corte Constitucional Italiana e do STF. Revista Trimestral de Direito Público, São Paulo, v. 26, p. 137-143, 1999.

126

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Prescrição: decretação de ofício em favor da Fazenda Pública. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 211, p. 221-231, 1998.

127

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. A proteção contratual no Código do Consumidor e o âmbito de sua aplicação. Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos, São Paulo, v. 23, p. 275-308, 1998.

128

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O novo regramento da propaganda eleitoral. Revista da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 74, p. 193-234, 1998.

129

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Da perda e suspensão dos direitos políticos. Revista de Informação Legislativa, v. 35, p. 203-216, 1998.

130

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Independência dos poderes no regime democrático e as exigências da sociedade hodierna. REVISTA DO INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS, Bauru, v. 18, p. 355-374, 1997.

131

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA. Seção Judiciária do Rio Grande do Norte. Tributário. Lei Complementar 84/96. Art. 195, par. 4º, e 154, I, CF. Improcedência. MS 96.3951-8. Revista Teia Jurídica, Recife, v. 74, n.2, 1997.

132

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Princípios retores da desapropriação. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 209, n.3, p. 121-142, 1997.

133

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Responsabilidade civil do Estado e denúncia da lide. Revista Trimestral de Direito Público, São Paulo, v. 196, n.10, p. 196-202, 1995.

134

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Ex-ferroviário e o reajuste de seus proventos. Revista de Previdência Social, Brasília, v. 172, n.19, p. 207-209, 1995.

135

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Dos efeitos da falência decretada no estrangeiro. Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 127, n.32, p. 55-62, 1995.

136

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Competência em habeas corpus: coação praticada por Juiz do Trabalho. Revista CEJ/RN, Natal, v. 2, p. 156-168, 1995.

137

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Expropriação dos bens utilizados para fins de tráfico ilícito de entorpecentes. Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 32, n.127, p. 33-41, 1995.

138

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Retrocessão, natureza jurídica e outras controvérsias.. Revista Forense (Impresso), Rio de Janeiro, v. 124, n.18, p. 25-37, 1994.

139

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Considerações sobre aposentadoria especial. Revista de Previdência Social, São Paulo, v. 165, p. 615-620, 1994.

140

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O direito à isenção do IPI. Direito Federal, São Paulo, v. 42, p. 37-39, 1994.

141

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O novo perfil da liquidação de sentença. Revista da Ajuris, v. 11, p. 304-312, 1994.

142

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Contratação temporária - desvio de finalidade. Direito Federal, São Paulo, v. 39, p. 53-54, 1993.

143

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Contagem do tempo de serviço e anuênio. Direito Federal, São Paulo, v. 36, p. 45-46, 1993.

144

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Desapropriação para fins de reforma agrária. Revista de Direito Administrativo, v. 194, p. 77-96, 1993.

145

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Algumas considerações sobre a medida liminar em mandado de segurança. Revista de Processo, São Paulo, v. 16, n.64, p. 39-55, 1991.

146

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Cinco temas controvertidos de Direito Penal. Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 28, n.109, p. 171-182, 1991.

147

.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Ação possessória: indispensabilidade da citação do cônjuge da parte demandada.. Revista de Processo, São Paulo, v. 17, n.14, p. 184-191, 1990.

Livros publicados/organizados ou edições

1.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; COCENTINO, N. N. (Org.) . Direito administrativo e Administração Pública Digital. 1ª. ed. São Paulo: Editora Dialética, 2023. v. 1. 244p .

2.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Ativismo judicial e direitos sociais. 1ª. ed. São Paulo: Editora JusPODIVM, 2022. v. 1. 186p .

3.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O controle jurisdicional da função normativa das agências reguladoras. 1ª. ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021. v. 1. 176p .

4.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Paradigmas do direito administrativo sancionador no Estado constitucional. 1ª. ed. São Paulo: Dialética Editora, 2021. v. 1. 284p .

5.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; VIANA, A. C. A. (Org.) ; XAVIER, M. B. (Org.) . Coleção de Direito Administrativo Sancionador. 1. ed. Rio de Janeiro: CEEJ, 2021. v. 1. 450p .

6.

AMBROSANO, D. V. (Org.) ; VIEIRA, D. M. (Org.) ; **NOBRE JÚNIOR, EDILSON PEREIRA** (Org.) ; ESTEVAM, F. H. C. (Org.) ; FRAGA, J. F. B. (Org.) ; REBOUCAS, M. S. C. (Org.) ; ALVES, P. O. (Org.) ; NETTO, P. D. O. (Org.) ; MENEZES, V. M. N. (Org.) . O Direito Administrativo em transformação- Reflexões sobre a Lei nº 13.665/2018. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. v. 01. 173p .

7.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. As normas de Direito Público na Lei de Introdução ao Direito Brasileiro -paradigmas para interpretação e aplicação do Direito Administrativo. 1. ed. São Paulo: Contracorrente, 2019. v. 1. 264p .

8.

CLEMENTINO, M. B. M. (Org.) ; BEZERRA, H. R. (Org.) ; LEITE, G. M. S. A. (Org.) ; SOUZA, J. C. D. T. (Org.) ; VITAL, M. L. (Org.) ; DANTAS, M. J. B. (Org.) ; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira** (Org.) . Centro de Inteligência da JFRN: comissão judicial de prevenção e demandas. 1. ed. Natal: ESMAFE:JFRN, 2018. v. 01. 188p .

9.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; Bruno Carrá (Org.) ; ARAUJO, R. (Org.) . Estudos sobre a Administração Pública e o combate à corrupção: desafios em torno da lei n 12.846/2013. 1. ed. Brasília: Centro de Estudos Jurídicos, 2018. v. 1. 189p .

10.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Direito Administrativo Contemporâneo - Temas Fundamentais. 01. ed. Salvador: JusPODIVM, 2016. v. 01. 192p .

11.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Jurisdição Constitucional - Aspectos Controvertidos. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2011. v. 1. 254p .

12.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Súmula Vinculante: o desafio de sua implementação. 1. ed. São Paulo: MP Editora, 2008. 128p .

13.

★ **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira**. Desapropriação para fins de reforma agrária. 2 ed.. 3. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2006. 242p .

14.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Direitos fundamentais e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. 1. ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2004. 127p .

15.

★ **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira**. O princípio da boa=fé e sua aplicação no Direito Administrativo Brasileiro.. 1. ed. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2002. 334p .

16.

★ **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira.** O princípio constitucional da capacidade contributiva. 1. ed. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2001. 112p .

17.

★ **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira.** Medidas provisórias: controles legislativos e jurisdicional.. 1. ed. Porto Alegre: Síntese Editora, 2000. 248p .

Capítulos de livros publicados

1.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Direito fundamental ao bom exercício da competência normativa pelas agências reguladoras. In: Graciela Ruocco; Cristina Vázquez. (Org.). Estudios jurídicos en homenaje al Profesor Dr. Augusto Durán Martínez. 1ªed.Montevidео: Editorial Fundación de Cultura Universitaria, 2023, v. 1, p. 1309-1320.

2.

NOBRE JÚNIOR, EDILSON PEREIRA; FERREIRA JUNIOR, E. S. ; FRAGA, V. G. . Combate à corrupção e as empresas estatais: a insuficiência do acordo de leniência e o papel da cláusula geral de acordos substitutivos da LINDB. In: SADDY, André; SOUZA, Diogo Alves Verri Garcia de. (Org.). Direito administrativo sancionador nas estatais. 1ªed.Rio de Janeiro: Centro para Estudos Empírico-Jurídicos - CEEJ, 2023, v. 5, p. 341-366.

3.

NOBRE JÚNIOR, EDILSON PEREIRA. Os Tribunais de Contas e a improbidade administrativa. Reflexos da Lei n. 14.230/2021 sobre a cidadania passiva. In: Heringer, Bianca Barbosa; Monteiro, Grace Anny de Souza; Santiago, Palmira Cândida Faria; Rocha Netto, Rejane Maria Chaves de. (Org.). Repensar a Justiça: estudos em homenagem à Ministra Assusete Magalhães. 1ed.São Paulo: D Placido, 2023, v. 1, p. 325-346.

4.

NOBRE JÚNIOR, EDILSON PEREIRA. Saudades da sage lanteur. In: SIMONETTI, José Alberto; CoELHO, Marcus Vinícius Furtado. (Org.). Defesa da democracia e das liberdades. 1ªed.Brasília: OAB Editora, 2023, v. 1, p. 195-205.

5.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Improbidade administrativa e a proscrição do bis in idem. In: DAL POZZO, Augusto Neves; OLIVEIRA, José Roberto Pimenta. (Org.). Lei de improbidade administrativa reformada. 1ªed.São Paulo: Thomson Reuters, 2022, v. 1º, p. 239-257.

6.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; MENDONÇA, Fabiano André de Souza ; CARVALHO, Ivan Lira de . Amaro Cavalcanti. In: Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho; Marco Fábio Morsello; Nelson Rosenvald. (Org.). Protagonistas da responsabilidade civil. 1ªed.Indiatuba: Editora Foco, 2022, v. 1, p. 33-48.

7.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; FRAGA, V. G. . A arbitragem e o novo regime de contratação administrativa. In: Rafael Valim; Walfrido Wuarde. (Org.). Direito público e arbitragem - Os desafios emergentes da resolução privada de conflitos do Estado. 1ªed.São Paulo: Contracorrente, 2022, v. 1, p. 231-264.

8.

NOBRE JÚNIOR, EDILSON PEREIRA; FRAGA, V. G. . O direito administrativo no mundo globalizado: as relações atuais entre o direito

administrativo e o direito internacional público na formação de um direito administrativo global. In: Maurício Zockun; Emerson Gabardo. (Org.). Direito administrativo e inovação: ceises e soluções. 1ªed.Curitiba: Editora Íthala, 2022, v. 1, p. 199-222.

9.

NOBRE JÚNIOR, EDILSON PEREIRA. As normas de Direito Público constantes da LINDB. A discussão sobre a sua incidência no Direito Tributário. In: Souza, Piscila de; Carvalho, Paulo de Barros. (Org.). As conquistas Comunicacionais no Direito Tributário Atual. 1ed.São Paulo: IBET, 2022, v. 1, p. 393-416.

10.

NOBRE JÚNIOR, EDILSON PEREIRA. A reserva legal e o Direito Administrativo sancionador. Considerações em torno do modelo brasileiro e a Civil Law. In: Edilson Pereira Nobre Junior; Ana Cristina Aguilar Viana; Marília Barros Xavier. (Org.). Coleção de Direito Administrativo Sancionador. 1ed.Rio de Janeiro: CEEJ, 2021, v. 1, p. 153-194.

11.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; FRAGA, V. G. . O direito ao desenvolvimento como corolário da isonomia: as relações entre desenvolvimento, igualdade e complexidade. In: Walber de Moura Agra; Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti. (Org.). O projeto desenvolvimentista diante da pandemia da P964 covid-19. 1ed.Curitiba: Brazil Publishing, 2021, v. , p. 175-197.

12.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O ato administrativo eletrônico. In: Bruno Barata; Laryssa Almeida; Leandro Frota. (Org.). Estudos sobre a transformação digital no Direito - Estudos em homenagem ao Ministro Kássio Nunes Marques. 1ed.Brasilia: OAB Editora, 2021, v. , p. 151-158.

13.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O mandado de segurança e o processo eleitoral. In: Frederico Ricardo de Almeida Neves. (Org.). Eleições 2020 e pandemia: força na adversidade. 1ed.Recife: EJE, 2021, v. , p. 17-28.

14.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Das alienações. In: Augusto Neves Dal Pozzo; Márcio Cammarosano; Maurício Zockun. (Org.). Lei de Licitações e Contratos Administrativos Comentada Lei 14.133. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021, v. I, p. 405-419.

15.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; FRAGA, V. G. . O regime das sanções administrativas na Lei nº 14.133/2021. In: Aldem Johnston Barbosa Araújo; Leonardo Saraiva. (Org.). Obras públicas e serviços de engenharia na Nova Lei de Licitações e Contratos. 1ªed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021, v. 1, p. 271-281.

16.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; FRAGA, V. G. . A mediação e os conflitos ente a Administração Pública e o cidadão. In: Marcelo Navarro Ribeiro Dantas. (Org.). Inovações no sistema de justiça: meios alternativos de resolução de conflitos, justiça multiportas e iniciativas para a redução da litigiosidade e o aumento da eficiência nos tribunais. 1ªed.São Paulo: Thompson Reuters Brasil, 2021, v. 1, p. 147-167.

17.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; AGUIAR, M. M. S. ; CONCENTINO, N. N. . Sanções administrativas e consensualidade. O acordo de leniência da Lei nº 12.846/2013. In: Edilson Pereira Nobre

Júnior. (Org.). Paradigmas do direito administrativo sancionador no Estado constitucional. 1ªed.São Paulo: Dialética Editora, 2021, v. 1, p. 101-128.

18.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Autoridade nacional de proteção de dados pessoais e o dever estatal de sua tutela: anotações em torno da independência do órgão regulador. In: Augusto Neves Dal Pozzo; Ricardo Marcondes. (Org.). LFPD e administração pública: uma análise ampla dos impactos. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020, v. 1, p. 559-584.

19.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Enunciado 139. In: Frederico Augusto Leopoldino Koehler; Marco Aurélio Ventura Peixoto; silvano José Gomes Flumignan. (Org.). Enunciados CJF: organizados por assunto, anotados e comentados. 1ed.Salvador: Editora JusPODIVM, 2019, v. 1, p. 405-406.

20.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Enunciado 62. In: Frederico Augusto Leopoldino Koehler; Marco Aurélio Ventura Peixoto; silvano José Gomes Flumignan. (Org.). Enunciados CJF: organizados por assunto, anotados e comentados. 1ed.Salvador: Editora JusPODIVM, 2019, v. 1, p. 438-441.

21.

AMBROSANO, D. V. ; VIEIRA, D. M. ; ESTEVAM, F. H. C. ; FRAGA, J. F. B. ; ALVES, P. O. ; NETTO, P. D. O. ; MENEZES, V. M. N. ; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira** . Uma viragem cultural no Direito Administrativo Brasileiro (à guisa de Introdução). In: Edilson Pereira Nobre Junior. (Org.). O Direito Administrativo em transformação- Reflexões sobre a Lei nº 13.665/2018. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019, v. 01, p. 01-08.

22.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Regime Jurídico dos Conselhos Profissionais. In: Andry Mantilla Correa; Theresa Christine de Albuquerque Nóbrega; Walber de Moura Agra. (Org.). Direito Administrativo e os desafios do século XXI. 01ed.Belo Horizonte: Forum, 2018, v. 01, p. 145-165.

23.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; SANTANA, L. A. D. . Os programas de compliance na Lei n 12.846/2013 e suas repercussões em uma sociedade de risco. In: Raul Araújo; Edilson Pereira Nobre Junior; Bruno Leonardo Câmara Carrá. (Org.). Estudos sobre a Administração Pública e o combate à corrupção: desafios em torno da lei n 12.846/2013. 01ed.Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2018, v. 01, p. 82-102.

24.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Há uma discricionariedade técnica?. In: Juarez Freitas; Renato Saeger Magalhães Costa. (Org.). Direito Público - Grandes temas - Homenagem a Urbano Vitalino de Melo Filho. 01ed.Curitiba: Juruá Editora, 2017, v. 01, p. 115-145.

25.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Limitações e controle do Poder Judiciário. Do dever de motivação das decisões administrativas dos Tribunais. In: George Salomão Leite; Lenio Streck; Nelson Nery Junior. (Org.). Crise dos Poderes da República. 01ed.São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, v. 01, p. 360-378.

26.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Sumula 7 da TNU. In: Frederico Augusto Leopoldino Koehler - Coordenador. (Org.). Comentários às Súmulas da Turma Nacional de Uniformização. 01ed.Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2016, v. 01, p. 57-61.

27.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Do agravo em recurso especial e em recurso extraordinário. In: Angelica Arruda Alvim; Araken de Assim; Eduardo Arruda Alvim; Geoge Salomão Leite. (Org.). comentários ao código de processo civil. 1ed.São Paulo: Saraiva, 2016, v. 01, p. 1216-1220.

28.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Dos direitos dos administrados. Lei do Processo Administrativo Federal. 01ed.São Paulo: , 2016, v. 01, p. 57-63.

29.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Dos deveres do administrado. Lei do Processo Administrativo Federal. 01ed.São Paulo: Saraiva, 2016, v. 01, p. 64-65.

30.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Do início do processo. Lei do Processo Administrativo Federal. 01ed.São Paulo: Saraiva, 2016, v. 01, p. 66-70.

31.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Da forma, tempo e lugar dos atos do processo. Lei do Processo Administrativo Federal. 01ed.São Paulo: Saraiva, 2016, v. 01, p. 109-113.

32.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Da comunicação dos atos. Lei do Processo Administrativo Federal. 01ed.São Paulo: Saraiva, 2016, v. 01, p. 114-121.

33.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Da anulação, revogação e convalidação. Lei do Processo Administrativo Federal. 01ed.São Paulo: Saraiva, 2016, v. 01, p. 156-178.

34.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Do recurso administrativo e da revisão. Lei do Processo Administrativo Federal. 01ed.São Paulo: Saraiva, 2016, v. 01, p. 179-197.

35.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Dos prazos. Lei do Processo Administrativo Federal. 01ed.São Paulo: Saraiva, 2016, v. 01, p. 198-199.

36.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Súmula 39 da TNU. In: Frederico Augusto Leopoldino Koehler - Coordenador. (Org.). Comentários às Súmulas da Turma Nacional de Uniformização. 1ed.Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2016, v. 1, p. 209-214.

37.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Súmula 74 da TNU. In: Frederico Augusto Leopoldino Koehler - Coordenador. (Org.). Comentários às

38.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Ação para Apuração de Ato de Improbidade Administrativa e o seu Cabimento Frente aos Agentes Políticos. In: Paulo Henrique dos Santos Lucon; Eduardo José da Fonseca Costa; Guilherme Recena Costa. (Org.). Improbidade Administrativa -Aspectos processuais da Lei nº 8.429/92. 2ªed.São Paulo: Atlas S.A., 2015, v. 01, p. 114-135.

39.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Mandado de Injunção: duas décadas de vigência de uma garantia constitucional. In: Clèmerson Merlin Clève. (Org.). DIREITO CONSTITUCIONAL. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, v. 10, p. 1295-1343.

40.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Estrutura dos direitos fundamentais na Constituição de 1988 e a história dos direitos fundamentais nas constituições brasileiras. DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS EM PERSPECTIVA. 1ªed.São Paulo: Atlas, 2014, v. 01, p. 201-236.

41.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O art. 142, § 2º, da Lei nº 8.112/90: mais um equívoco interpretativo?. In: Flávio Henrique Unes Pereira; Márcio Cammarosano< Marilda de Paula Silveira; Maurício Zockun. (Org.). O DIREITO ADMINISTRATIVO NA JURISPRUDÊNCIA DO STF E DO STJ: Homenagem ao Professor Celso Antônio Bandeira de Mello. 1ªed.Belo Horizonte: Editor Fórum Ltda., 2014, v. , p. 187-194.

42.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Ação para apuração de ato de improbidade administrativa e o seu cabimento frente aos agentes políticos. In: Paulo Henrique dos Santos; Eduardo José da Fonseca Costa; Guilherme Recena Costa. (Org.). Improbidade Administrativa. 1ed.São Paulo: Editora Atlas, 2013, v. 1, p. 116-137.

43.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Reclamação e Tribunais de Justiça. In: Pedro Henrique Pedrosa Nogueira e Eduardo José da Fonseca Costa. (Org.). Reclamação Constitucional. 1ed.Salvador: jusPODIVM, 2013, v. 1, p. 109-130.

44.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Súmulas Vinculantes e Segurança Jurídica nas Relações Jurídico-Administrativas. Tratado Sobre o Princípio da Segurança Jurídica no Direito Administrativo. 1ed.Belo Horizonte: FORUM, 2013, v. 1, p. 705-728.

45.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Arbitragem e Direito Administrativo - Sua aplicação às Parcerias Público-Privadas. In: Andry Matilla Correa e Bruno Cavalcanti. (Org.). Estudios Latinoamericanos Sobre Concesiones y PPP. 1ed.Salamanca - Espanha: Ratio Legis Libreria Juridica, 2013, v. 1, p. 317-346.

46.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Administração Pública e o Princípio Constitucional da Eficiência. In: André Elali, Evandro Zaranza e Kallina Flôr Santos. (Org.). Direito Corporativo. 1ed.São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2013, v. 1, p. 239-282.

47.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O candidato do povo. O CANDIDATO DO POVO. 01ed.GOIÂNIA: KELPS, 2013, v. , p. 46-48.

48.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Negócio Jurídico e Exteriorização da Vontade: O Papel do Silêncio. In: Venceslau Tavares Costa Filho; Torquato da Silva Castro Junior. (Org.). A Modernização do Direito Civil. 1ed.Recife: Nossa Livraria, 2012, v. II, p. 11-38.

49.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O poente do constitucionalismo brasileiro: a Constituição de 1937. In: Cláudio Brandão, Nelson Saldanha e Ricardo Freitas. (Org.). HISTÓRIA DO DIREITO E DO PENSAMENTO JURÍDICO EM PERSPECTIVA. 1ed.São Paulo: Atlas S.A., 2012, v. 1, p. 389-410.

50.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Lacunas. In: Alexandre Travessoni. (Org.). Dicionário de Teoria e Filosofia do Direito. 1ªed.São Paulo: LTr Editora, 2011, v. , p. 250-253.

51.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Solidariedade e responsabilidade civil. In: OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR; GLADSTON MAMEDE; MARIA VITAL DA ROCHA. (Org.). Responsabilidade civil contemporânea: em homenagem a Sílvio de Salvo Venosa. São Paulo: Atlas, 2011, v. , p. 528-539.

52.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Mandado de Segurança e Direito Tributário. In: André Elali; Hugo de Brito Machado Segundo; Terence Trennepohl. (Org.). Direito Tributário - Homenagem a Hugo de Brito Machado. 1ed.São Paulo: Quartier Latin, 2011, v. , p. 717-752.

53.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Desapropriação para fins de reforma urbana. In: Édis Milaré; Paulo Affonso Leme Machado. (Org.). Doutrinas Essenciais - Direito Ambiental. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, v. III, p. 821-836.

54.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Amigo da Onça. In: Bruno Cavalcanti; Marcelo Navarro; Marcelo Peixoto. (Org.). Jurista Literário II. 1ed.São Paulo: MP Editora, 2011, v. , p. 33-36.

55.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O direito brasileiro e o princípio da dignidade da pessoa humana. In: Flávia Piovesan; Maria Garcia. (Org.). Doutrinas Essenciais - Direitos Humanos. 1ed.São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2011, v. 1, p. 189-206.

56.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Recurso Extraordinário ea Emenda Constitucional 45/2004. Novas Tendências do Direito Constitucional. 1ed.Curitiba: Juruá, 2010, v. 1, p. 289-304.

57.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Administração pública, legalidade e pós-positivismo. In: Cláudio Brandão, Francisco Cavalcanti e João Maurício Adeodato. (Org.). Princípio da legalidade: da dogmática

jurídica à teoria do direito. 1ed.Rio de Janeiro: Forense, 2009, v. , p. 203-220.

58.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Terras indígenas e aproveitamento de recursos hídricos para fins de exploração energética. In: Vladimir da Rocha França; Fabiano André de Souza Mendonça; Yanko Marcius de Alencar Xavier. (Org.). Energia e Constituição. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2009, v. , p. 83-109.

59.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Prova Ilícita. In: Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti, Marcelo Magalhães Peixoto, Marcelo Navarro Ribeiro Dantas. (Org.). Jurista literário. 1ed.São Paulo: MP Editota, 2009, v. , p. 43-50.

60.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O STF, o crédito-prêmio de IPI e os limites e possibilidades do regulamento no direito tributário. In: Ives Gandra da Silva Martins; André Elali; Marcelo Magalhães Peixoto. (Org.). Incentivos fiscais - Questões pontuais nas esferas Federal, Estadual e Municipal. 1ed.São Paulo: MP Editora, 2007, v. , p. 91-106.

61.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. A motivação dos atos administrativos como garantia em face do abuso de poder. In: Mauro Roberto Gomes de Mattos. (Org.). O abuso de poder do Estado. 1ed.Rio de Janeiro: América Jurídica, 2005, v. , p. 34-63.

62.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA E RURAL: ESTUDO PRELIMINAR. In: Min. Francisco César Asfor Rocha. (Org.). Propostas da Comissão de Altos Estudos da Justiça Federal. Brasília: Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, 2003, v. 1, p. 151-192.

63.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. NOVO PERFIL DA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.. In: José Janguê Bezerra Diniz. (Org.). ESTUDO DO DIREITO PROCESSUAL TRABALHISTA, CIVIL E PENAL.. : Editora Consulex, 1996, v. , p. -.

Textos em jornais de notícias/revistas

1.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Diálogos sobre teoria do Direito. Juridicamente, Recife, 08 fev. 2024.

2.

NOBRE JÚNIOR, EDILSON PEREIRA. A criação judicial do Direito. Juridicamente, 12 jan. 2024.

3.

NOBRE JÚNIOR, EDILSON PEREIRA. A livraria da estação. Jota, 11 dez. 2023.

4.

NOBRE JÚNIOR, EDILSON PEREIRA. Improbidade administrativa e legitimação passiva. As consequências do art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 8.429/92, introduzido pela Lei nº 14.230/2021. Juridicamente, Recife, 31 maio 2023.

5.

NOBRE JÚNIOR, EDILSON PEREIRA. Improbidade administrativa e o seu elemento subjetivo. Juridicamente, Recife, 15 maio 2023.

6.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Um Judiciário para o terceiro milênio. Jurinews, Natal - Rn, 30 ago. 2022.

7.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Mundo mágico. Portal Correio, João Pessoa, 04 ago. 2022.

8.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Uma revolução em curso. Consultor Jurídico - CONJUR, 08 jul. 2022.

9.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O Direito e o seu fundamento. Jurinews, 08 abr. 2022.

10.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Sexta-feira de carnaval. Portal Correio, 30 mar. 2022.

11.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Dueto. Jurinews, 08 fev. 2022.

12.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. A contrarreforma e o risco de um retrocesso sem igual. CONJUR, 24 jan. 2022.

13.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O doce calvário do poder. Revista da Academia Norte-Grandense de Letras, p. 143 - 146, 01 jan. 2022.

14.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Chez Lipp. Correio da Paraíba, 21 out. 2021.

15.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O Direito Comparado e a singularidade de um livro. Revista Consultor Jurídico, www.conjur.br, 11 out. 2021.

16.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Um olhar para o futuro. Jurinews - Notícias Jurídicas, 13 set. 2021.

17.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O combate à corrupção numa receita diversa. Consultor Jurídico, p. 1 - 5, 20 ago. 2021.

18.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Do outro lado do rio. Correio da Paraíba, 13 ago. 2021.

19.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. A vedação do bisin idem e as sanções administrativas. JOTA, 10 ago. 2021.

20.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O visconde e a Lei de Improbidade Administrativa. JOTA, p. 1 - 5, 22 jul. 2021.

21.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. A faculdade de Direito do Recife e a funcionalidade da comparação jurídica. CONSULTOR JURÍDICO, 07 jun. 2021.

22.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. A escola do Recife e a comparação jurídica. CONSULTOR JURÍDICO, 15 mar. 2021.

23.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Quando os livros se cruzam. Folha de Pernambuco, 03 fev. 2021.

24.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Os arcanos da alcova. Diário de Pernambuco, 05 ago. 2020.

25.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Borges e o tango. Diário de Pernambuco, 15 maio 2020.

26.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Um cinquentenário. JURINEWS Notícias Jurídicas, 15 fev. 2019.

27.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O debate. JURINEWS Notícias Jurídicas, 25 jan. 2019.

28.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Origens do Direito Público Brasileiro. JURINEWS Notícias Jurídicas, 10 jan. 2019.

29.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Esoterismo. Revista Fides Literatura e Direito, Natal, p. 177 - 179, 28 dez. 2017.

30.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O candidato do Povo. Revista Fides Literatura e Direito, p. 211 - 213, 28 dez. 2017.

31.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Literatura e gastronomia. Diário de Pernambuco, 17 fev. 2017.

32.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Aventura com dignidade. Diário de Pernambuco, 04 set. 2016.

33.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O corvo, o Sargento Getúlio e a mulher. Diário de Pernambuco, 25 ago. 2016.

34.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Andarilho. Diário de Pernambuco, 14 jun. 2016.

35.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Respeitar é preciso. Diário de Pernambuco, 25 maio 2016.

36.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. A rainha das Índias. Diário de Pernambuco, 17 mar. 2016.

37.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O rei dos sonhos. Diário de Pernambuco, 26 fev. 2016.

38.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O tempo passa. Diário de Pernambuco, 25 jan. 2016.

39.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Desafios se vencem. Desafios se vencem, 21 nov. 2015.

40.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Tornei-me um chato. Diário de Pernambuco, 28 out. 2015.

41.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Um tour literário por Havana. Diário de Pernambuco, 25 set. 2015.

42.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. A lei e o livro. Diário de Pernambuco, 20 maio 2015.

43.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Faz vinte anos. Diário de Pernambuco, 13 fev. 2015.

44.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. A esposa do juiz. Diário de Pernambuco, 04 jan. 2015.

45.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Viva a liberdade. Diário de Pernambuco, 16 nov. 2014.

46.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O mundo não acabou. Diário de Pernambuco, 10 jul. 2014.

47.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Um sentimento misterioso chamado amor. Diário de Pernambuco, 01 maio 2014.

48.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Sedução. Diário de Pernambuco, 10 jan. 2014.

49.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Garantia Constitucional. Tribuna do Norte, Natal/RN, p. 5 - 5, 17 dez. 2013.

50.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O caro e o barato. Diário de Pernambuco, Recife/PE, p. B9 - B9, 05 dez. 2013.

51.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O RN e os desafios do constitucionalismo. Tribuna do Norte, Natal, p. 6, 04 dez. 2013.

52.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Hannah Arendt. Tribuna do Norte, 27 out. 2013.

53.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O RN e o sufrágio universal. Tribuna do Norte, Natal-RN, p. 2 - 2, 29 set. 2013.

54.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Resgate. Tribuna do Norte, 01 set. 2013.

55.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Literatura e ensino jurídico. Tribuna do Norte, Natal - RN, 18 ago. 2013.

56.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O standard jurídico. Tribuna do Norte, Natal, p. 14 - 14, 11 ago. 2013.

57.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Um juiz na Suprema Corte. Tribuna do Norte, Natal-RN, p. 2 - 2, 28 jul. 2013.

58.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Um artigo do Código Civil. A Tribuna do Norte, Natal-RN, 22 jul. 2013.

59.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Mocinhos e vilões. Diário de Pernambuco, 10 jul. 2013.

60.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O federalista. Tribuna do Norte, Natal, p. 3, 20 jun. 2013.

61.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Poderes Sociais. Tribuna do Norte, Natal, p. 14, 07 abr. 2013.

62.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Coisas da viuvez e da terceira idade. Revista De Cultura Ajufe, Brasília, p. 56 - 59, 01 abr. 2013.

63.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Controle de Constitucionalidade. Tribuna do Norte, Natal, p. 3, 03 mar. 2013.

64.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Paris versus o mundo. Tribuna do Norte, Natal, p. B11, 13 jan. 2013.

65.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Direito e literatura. Jornal do Comercio, Recife, p. 10 - 10, 13 nov. 2012.

66.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Judiciário e tributação. Tribuna do Norte, Natal, p. 2 - 2, 07 out. 2012.

67.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Encontro. Diario de Pernambuco, Pernambuco, p. B7 - B7, 18 set. 2012.

68.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Paulo Gadelha: um perfil. Correio da Paraíba, Paraíba, p. 6 - 6, 02 set. 2012.

69.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Destino Irrenegável. Argumento TRF, Recife, p. 51 - 52, 01 set. 2012.

70.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Mocinhos e vilões. Diário de Pernambuco, Recife/PE, 10 jul. 2012.

71.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Adote um idoso. Diario de Pernambuco, Recife - Pernambuco, p. B5 - B5, 03 jul. 2012.

72.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O Rio Grande do Norte e o Código Civil - Parte II. Tribuna do Norte, Natal - RN, p. 2 - 2, 01 jun. 2012.

73.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O Rio Grande do Norte e o Código Civil. Tribuna do Norte, Natal-RN, p. 14 - 14, 14 maio 2012.

74.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Argumento sedutor. FIDES, Natal-RN, p. 185 - 187, 29 abr. 2012.

75.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Cádiz: a continuidade do ideal de 1789. Diário de Pernambuco, p. C5 - C5, 19 mar. 2012.

76.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O sexo forte. Diário de Pernambuco, Recife-PE, p. B5, 06 mar. 2012.

77.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Lições do viajante cansado. Tribuna do Norte, Natal-RN, 15 jan. 2012.

78.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. A mulher do Francis. Diário de Pernambuco, Pernambuco, p. A11 - A11, 09 nov. 2011.

79.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O Casamento do Mário. Diário de Pernambuco, p. B5, 14 set. 2011.

80.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Sintonia com o tempo. Jornal de Hoje, Natal-RN, 09 set. 2011.

81.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Eça de Queiroz e a política brasileira. Diário de Pernambuco, Recife-PE, 19 ago. 2011.

82.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Pensamento precursor. Tribuna Do Norte, Natal-RN, 08 maio 2011.

83.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Um livro. Tribuna do Norte, Natal-RN, 23 dez. 2010.

84.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O andarilho do bem comum. Tribuna Do Norte, Natal/RN, 12 dez. 2010.

85.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. A lição imortalizada. Tribuna do Norte, Natal-RN, 11 jul. 2010.

86.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Batina Suspensa. Revista de Cultura da AJUFE, Brasília, p. 30 - 31, 01 nov. 2008.

87.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Desafortunado. Revista de Cultura da AJUFE, Brasília, , v. 2, p. 38 - 39, 01 jun. 2006.

88.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Amor no além. Revista de cultura - AJUFE, Brasília, , v. 7ª, p. 25 - 27.

89.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Sigilo bancário. Revista Eletrônica da Seção Judiciária do Distrito Federal, Brasília, p. 72 - 75.

90.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Os riscos do pioneirismo. Argumento Direito e Cidadania, Recife, p. 50 - 51.

91.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Eça de Queiroz e o ano de 1917. Argumento Direito e Cidadania, p. 52 - 52.

92.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Saudades da Guerra Fria. Argumento Direito e Cidadania, Recife, p. 52 - 52.

93.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Batina suspensa. Revista de Cultura, , v. 6, p. 30 - 31.

94.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Conselhos de mãe. Revista de Cultura, Brasília, , v. 5, p. 32 - 33.

95.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O segredo da juventude. Revista de Cultura, Brasília, , v. 3, p. 22 - 24.

96.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Indesejável parentesco. Revista de Cultura, p. 29 - 31.

97.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Carícia essencial. Revista de Cultura, p. 24 - 26.

98.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Folia é coisa para moço. Revista da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, Natal, p. 107 - 109.

99.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. De refeição de graça não se reclama. Revista da Academia Norte-Rio-Grande de Letras, Natal, p. 110 - 112.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

1.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. A PROVA TÉCNICA NA REFORMA AGRÁRIA. In: Reforma agrária e agronegócio - uma perspectiva socioeconômica do direito ao uso da terra, 2004, Ribeirão Preto - SP. Reforma agrária e agronegócio. Brasília: Associação dos Juizes Federais - AJUFE, 2002. p. 93-105.

Apresentações de Trabalho

1.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. A base de cálculo das contribuições sobre a folha de salários e a jurisprudência dos Tribunais Superiores. 2015. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

2.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Evolução do controle de constitucionalidade no Brasil. 2015. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

3.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Fraude à Lei. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

4.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Tribunal Constitucional e Política. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

5.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Segurança jurídica no procedimento tributário. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

6.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Segurança jurídica e atos administrativos: anulação e revogação pelo Judiciário de licenças ambientais. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

Outras produções bibliográficas

1.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Direito Público de Urgência. São Paulo, 2022. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.

2.

NOBRE JÚNIOR, EDILSON PEREIRA. Direitos sociais prestacionais e sua efetivação pela via judicial. Belo Horizonte, 2022. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.

3.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Poder regulamentar - aspectos controvertidos no contexto da função regulatória. Rio de Janeiro, 2016. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.

4.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Responsabilidade de sócios e administradores compreendendo um precedente do Superior Tribunal de Justiça. São Paulo: FOCOFISCAL, 2014 (Capítulo de livro).

5.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Administração Pública Dialógica. Curitiba, 2013. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.

6.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O Direito à Informação Jornalística. São Paulo, 2012. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.

7.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Execução contra a Fazenda Pública, Regime de Precatório. São Paulo, 2010. (Prefácio,

Pósfacio/Prefácio)>.

8.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. A extrafiscalidade e a concretização do princípio da redução das desigualdades regionais. São Paulo, 2010. (Prefácio, Pósfacio/Apresentação)>.

9.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Harmonização Tributária, integração regional e Constituição. Porto Alegre, 2008. (Prefácio, Pósfacio/Prefácio)>.

10.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O princípio da função social do contrato e o seu controle jurisdicional. Porto Alegre, 2007. (Prefácio, Pósfacio/Prefácio)>.

11.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Poder regulamentar da Administração pública - Os regulamentos autônomos como ferramentas de atenção à dinâmica social.. Recife, 2006. (Prefácio, Pósfacio/Prefácio)>.

12.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Repactuação de preços nos contratos administrativos em razão de dissídio coletivo de trabalho. Natal, 2006. (Prefácio, Pósfacio/Prefácio)>.

13.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; MENDONÇA, Fabiano André de Souza ; SILVEIRA NETO, Otacílio S. ; XAVIER, Yanko Marcius de Alencar . Direito Ambiental aplicado à Indústria do Petróleo e gás Natural. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004 (Organizador de livro).

14.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Limites da responsabilidade do Estado. Rio de Janeiro, 2003. (Prefácio, Pósfacio/Prefácio)>.

Produção técnica

Trabalhos técnicos

1.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Parecerista da Revista Direito e Liberdade. 2023.

2.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Parecerista da Revista Jurídica da Presidência vol. 21, nº 125, out/2019 a Jan/2020. 2020.

3.

NOBRE JÚNIOR, EDILSON PEREIRA. Parecerista da Revista Direito e Liberdade. 2020.

4.

NOBRE JÚNIOR, EDILSON PEREIRA. Parecerista da Revista Direito e Liberdade. 2019.

5.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Parecerista da Revista Jurídica da Presidência vol.21 n.123, fev/maio/2019. 2019.

6.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Revista Brasileira de Prática Jurídica. 2019.

7.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Parecerista ad hoc da Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife avaliação realizada em 18/01/2018. 2018.

8.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Parecerista ad hoc da Revista Jurídica da Presidência por ter participado da avaliação de 1 artigo no vol 19, nº 119, out/2017 a jan/2018. 2018.

9.

NOBRE JÚNIOR, EDILSON PEREIRA. Parecerista ad hoc da Revista Digital Constituição e Garantia de Direitos no artigo: Ponderação dos direitos à liberdade de expressão e à vida privada: análise da ação direta de inconstitucionalidade nº 4.815/DF sob a perspectiva do neoconstitucionalismo. 2018.

10.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Avaliação de 1 artigo científico na editoração do vol 20, nº 120/2018 da Revista Jurídica da Presidência. 2018.

11.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. parecerista ad hoc da Revista Brasileira de Estudos Políticos-RBEP n.117. 2018.

12.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Parecerista ad hoc da Revista Jurídica da Presidência do volume 18, nº 116, out/2016/jan/2017. 2017.

13.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. parecerista ad hoc da Revista de Direito Público, por meio do sistema duplo blindreview. 2017.

14.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. parecerista ad hoc da Revista Jurídica da Presidência por ter participado do processo de avaliação de 1 artigo do vol 19, n 118, jun/set/2017. 2017.

15.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. parecerista ad hoc da Revista Jurídica da Presidência por ter participado do processo de avaliação de 2 artigos do vol 19, n 117, fev/maio/2017. 2017.

16.

NOBRE JÚNIOR, EDILSON PEREIRA. parecerista da Revista Direito Público, por meio do sistema do duplo blind review, em 07-04-2016. 2016.

17.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. parecerista da Revista Direito Público, por meio do sistema do duplo blind review, em 11-05-2016. 2016.

18.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. parecerista da Revista Direito Público, por meio do sistema do duplo blind review, em 12-07-2016. 2016.

19.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. parecer técnico relativo ao artigo científico: TRA Rule of law e stato costituzionale Nel Diritto Processuale Brasileiro na Revista da Faculdade Mineira de Direito da PUC-MG. 2016.

20.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. parecerista da Revista Direito Público, por meio do sistema do duplo blind review, em 25-08-2016. 2016.

21.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Parecerista ad hoc, do processo seletivo de artigos do número 65 da Revista da Faculdade de Direito da UFMG. 2014.

22.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Parecer referente à dissertação de mestrado intitulada: O POTENCIAL CRIADOR DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS REGULAMENTOS NO DIREITO BRASILEIRO. 2014.

23.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Parecerista ad hoc da Revista da Faculdade de Direito da UFMG nº 61. 2012.

24.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Parecerista ad hoc da Revista CEJ. 2009.

25.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Parecerista ad hoc na Revista CEJ. 2008.

26.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Parecerista ad hoc na Revista CEJ. 2008.

27.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Parecerista ad hoc da Revista CEJ. 2006.

28.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Parecerista ad hoc da Revista CEJ. 2004.

29.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Parecerista ad hoc da Revista CEJ. 2003.

1.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O CONTROLE JURISDICIONAL DA FUNÇÃO NORMATIVA DAS AGÊNCIAS REGULADORAS. UMA ANÁLISE ADEQUADA AO DIREITO BRASILEIRO.. 2020. (Apresentação de tese).

2.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Controle da Administração Pública: novas dimensões. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

3.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Intervenção do Estado na propriedade no X curso de pós-graduação Lato Sensu especialização em Direito Administrativo. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

4.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Direito Administrativo Sancionador no programa de Pós-graduação em Direito. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

5.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Atos e procedimentos administrativos no X Curso de Pós-graduação lato sensu em Direito Administrativo. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

6.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Direito Administrativo Sancionador. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

7.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Atos e procedimentos administrativos no IX Curso de Pós-graduação lato sensu em Direito Administrativo. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

8.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Intervenção do Estado na propriedade no IX curso de pós-graduação Lato Sensu especialização em Direito Administrativo. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

9.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Seminário de Dissertação - DI-953 - 15 h/a - 01 crédito. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

10.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Seminário de Dissertação - DI-953 - 15 h/a - 01 crédito. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

11.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Seminário de Tese - DI-954 - 30 h/a - 02 créditos. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

12.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Princípio da Legalidade e Discricionariedade Administrativa. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

Demais trabalhos

1.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Revista de Direito Administrativo e Regulatório. 2010 (Membro do Conselho Editorial da Revista de Direito Administrativo e Regulatório) .

2.

CAVALCANTI, Francisco Queiroz Bezerra ; FARIA, L. A. G. ; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira** ; MAURICIO, U. C. . Membro do Conselho Editorial da Revista ESMAFE 5ª Região. 2007 (Conselho Editorial da Revista ESMAFE - Escola da Magistratura Federal da 5ª Região) .

3.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; CAVALCANTI, Francisco Queiroz Bezerra ; FARIA, L. A. G. ; COSTA, R. . Conselho Editorial da Revista da Escola da Magistratura Federal da 5ª Região - ESMAFE. 2004 (Membro do Conselho Editorial da Revista ESMAFE - Escola da Magistratura Federal da 5ª Região) .

4.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Diretor do núcleo seccional Rio Grande do Norte da Escola da Magistratura Federal da 5ª Região - ESMAFE. 2004 (Diretor do Núcleo Seccional Rio Grande do Norte da Escola da Magistratura Federal da 5ª Região) .

5.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Diretor da revista Centro de Estudos Jurídicos JF/RN. 2003 (Revista jurídica) .

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Mestrado

1.

NOBRE JÚNIOR, EDILSON PEREIRA; CAVALCANTI, F. Q. B; Melo, L. G. de Gouvêa; NETTO, P. D. O.. Participação em banca de Nathália Nóbrega Cocentino. Os novos paradigmas da atuação do Tribunal de Contas da União e o controle sobre as agências reguladoras. 2023. Dissertação (Mestrado em Cursos de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

2.

NÓBREGA, M. A. Rios.; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira**; LOBATO, C. F. S. T.; Melo, L. G. de Gouvêa. Participação em banca de Flávio Germano de Sena Teixeira Júnior. Regime jurídico e regulação das loterias estaduais no Brasil: olhar crítico e uma proposta de aprimoramento regulatório-institucional. 2022. Dissertação (Mestrado em Cursos de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

3.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; CAVALCANTI, F. Q. B; VALIM, R. R. A.. Participação em banca de Marina de Siqueira Campos Rebouças. As agências reguladoras e o risco da captura: os desafios para uma maior autonomia do sistema regulatório brasileiro. 2021. Dissertação (Mestrado em Cursos de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

4.

CUNHA, L. J. R, C. C.; Alexandre Freitas Câmara; SILVA NETO, F. A. B. E.; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira.** Participação em banca de Arthur Telles Nébias. O artigo 15 do Código de Processo Civil: a aplicação do CPC aos processos administrativos. 2021. Dissertação (Mestrado em Cursos de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

5.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; CAVALCANTI, F. Q. B; FREITAS, J.; CUNHA, L. J. R. C. C.. Participação em banca de Vitor Galvão Fraga. Direito público de urgência - a urgência como supedâneo da derrotabilidade no direito administrativo e no direito constitucional. 2021. Dissertação (Mestrado em Cursos de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

6.

CARVALHO, Ivan Lira de; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira;** FRANCA, V. R.; SIQUEIRA, M.. Participação em banca de Carlos Henrique Benedito Nitão Loureiro. Escolhas interpretativas nas contratações públicas: entre o erro grosseiro e a responsabilização do agente público. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

7.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; CAVALCANTI, F. Q. B; VIAGEM, A. A. B.; LOBATO, C. F. S. T.; Melo, L. G. de Gouvêa; ARAUJO, M. L. de Corrêa. Participação em banca de Rafaela Guerra Monte. Regulação jurídica e econômica no mercado de medicamentos: fundamento, desafios e impactos regulatórios. 2019. Dissertação (Mestrado em Cursos de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

8.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; Marcelo Casseb Continentino; CUNHA, L. J. R. C. C.; TEIXEIRA, S. T.; ARAUJO, L. H. D.; CAVALCANTI, F. I. D.. Participação em banca de Silvério Souto Maior de Carvalho Gomes. Fundamentos para uma nova teoria da abstrativização do controle difuso de constitucionalidade. 2019. Dissertação (Mestrado em Cursos de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

9.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; SILVA, E. M. C. E.; Melo, L. G. de Gouvêa; VIAGEM, A. A. B.; Rosa Maria Freitas do Nascimento. Participação em banca de Idalina Cecília Fonseca da Cunha. Intercâmbio de informações fiscais como instrumento de combate ao planejamento fiscal abusivo de transnacionais no âmbito da economia digital: a busca do equilíbrio entre o combate à elusão fiscal e a proteção dos direitos fundamentais do contribuinte no Brasil. 2019. Dissertação (Mestrado em Cursos de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

10.

Melo, L. G. de Gouvêa; CAVALCANTI, Francisco Queiroz Bezerra; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira;** NOBREGA, M. A. Rios da; MARINHO, K. L. C.. Participação em banca de Elisa Albuquerque Maranhão Rego. Federalismo fiscal: controle e limites aos incentivos fiscais e suas repercussões nos fundos de participação. 2019. Dissertação (Mestrado em Cursos de Pós-Graduação em Direito) -

11.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; CUNHA, L. J. R. C. C.. Participação em banca de Rebeca Santa Cruz Silva. A aplicação administrativa dos precedentes judiciais. 2019. Dissertação (Mestrado em Cursos de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

12.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; LIMA, F. D. S.; Andé Felipe Canuto Coelho. Participação em banca de Dayara de Kássia Sá Sampaio Soares Lustosa. A visita da velha senhora: d surgimento às incertezas do benefício de pensão por morte no Brasil. 2019. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Direito) - Fauldade Damas da Instrução Cristã.

13.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; NOBREGA, F. F. B.; CARVALHO, A. R.; NOBREGA, M. A. Rios.. Participação em banca de Renato Albuquerque Deák. Da repartição objetiva de riscos nas parcerias público-privadas: aspectos jurídicos e econômicos. 2018. Dissertação (Mestrado em Cursos de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

14.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; ARAÚJO, M. L. de Corrêa; Melo, L. G. de Gouvêa; NOBREGA, M. A. Rios da; NOBREGA, T. C. A.; CAVALCANTI, Francisco Queiroz Bezerra. Participação em banca de Danilo Miranda Vieira. O fomento estatal por meio das licitações e contratações públicas: a instituição de margens de preferência nas compras governamentais à luz dos princípios da legalidade e isonomia. 2018. Dissertação (Mestrado em Cursos de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

15.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; ARAUJO, L. H. D.; CAVALCANTI, F. I. D.. Participação em banca de Janini de Araújo Lobo Silvestre. Jurisdição Constitucional do Processo Legislativo Brasileiro. 2018. Dissertação (Mestrado em Cursos de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

16.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; CUNHA, L. J. R. C. C.; DIDIER JUNIOR, F. S.; TEIXEIRA, S. T.; ALBUQUERQUE JUNIOR, R. P.; CABRAL, A. P.. Participação em banca de Eduardo Luiz Cavalcanti Campos. O Princípio da eficiência no Processo Civil Brasileiro. 2017. Dissertação (Mestrado em Cursos de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

17.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; ARAÚJO, M. L. de Corrêa; Melo, L. G. de Gouvêa; BOAVIAGEM, A. A.; SANTOS, G. F.; CAVALCANTI, Francisco Queiroz Bezerra. Participação em banca de Gabriel Ulbrik Guerrera. Incentivos fiscais em tempos de crise: a problemática da autonomia dos entes subnacionais em decorrência da renúncia fiscal da União. 2017. Dissertação (Mestrado em Cursos de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

18.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; CAVALCANTI, F. Q. B; BRANDAO, C. R. C. B.; NOBREGA, M. A. Rios da; Melo, L. G. de Gouvêa; FREITAS, R. B. A. P.. Participação em banca de Eduardo Lemos Lins de

Albuquerque. Risco, autoregulação e compliance: bases para um modelo de responsabilização autônoma das pessoas jurídicas no Direito Penal. 2017. Dissertação (Mestrado em Cursos de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

19.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; NOBREGA, F. F. B.; Melo, L. G. de Gouvêa; BOAVIAGEM, A. A.; NOBRÉGA, M. A. Rios da; CARVALHO, A. R.. Participação em banca de Gabriela Borba Evangelista. A análise econômica da regulação da exploração e produção de petróleo instituída pelo Marco Regulatório do Pré-sal. 2017. Dissertação (Mestrado em Cursos de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

20.

CAVALCANTI, F. Q. B; CUNHA, L. J. R. C. C.; NÓBREGA, M. A. Rios da; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira;** FREITAS, J.; ARAUJO, L. H. D.. Participação em banca de Pedro Irineu de Moura Araújo Neto. Arbitragem nos contratos de concessões em formato de parcerias público-privadas: adaptações e compatibilizações como o regime jurídico administrativo. 2017. Dissertação (Mestrado em Cursos de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

21.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; ZOCKUN, M. G. P.; CAMMAROSANO, M.. Participação em banca de Marcella Querino Mangullo. Danos causados por presos furtivos: responsabilização patrimonial do Estado. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

22.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de ANTONIO DANTAS DE OLIVEIRA JUNIOR. O Poder Judiciário no processo de concretização de direitos sociais em tempo de crise econômica. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Lisboa - Faculdade de Direito.

23.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Deusamar Alves Bezerra. Ações afirmativas e o princípio da igualdade. 2017 - Universidade de Lisboa - Faculdade de Direito.

24.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Ulysses Maynard Salgado. Efeitos práticos da modulação pro futuro da decisão de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Lisboa - Faculdade de Direito.

25.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; Estima Borba; SILVA, E. M. C. E.; CAVALCANTI, F. Q. B; Melo, L. G. de Gouvêa; ELALI, A. S. D.. Participação em banca de João Otávio Martins Pimentel. Concorrência fiscal internacional e a reação global contra a degradação dos sistemas tributários. 2017. Dissertação (Mestrado em Cursos de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

26.

NOBREGA, F. F. B.; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira**; BOAVIAGEM, A. A.; CARVALHO, A. R.; NOBREGA, M. A. Rios da. Participação em banca de Nara Loureiro Cysneiros Sampaio. Entre as Leis do Direito e da Economia: analisando as licitações como um mercado em seleção adversa. 2017. Dissertação (Mestrado em Cursos de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

27.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; FREITAS, R. B. A. P.; FARIAS, A. R. M.; TEIXEIRA, João Paulo F. de Souza Allain; AGRA, W. M.; Melo, L. G. de Gouvêa. Participação em banca de Thiago Mota de Moraes. A democraticidade como instrumento de limitação e legitimação do aprisionamento cautelar: uma proposta de contenção do fenômeno de inversão dos sistema penal. 2016. Dissertação (Mestrado em Cursos de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

28.

NOBREGA, F. F. B.; CAVALCANTI, F. Q. B; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira**; BOAVIAGEM, A. A.; ROSENBLATT, Paulo; NOBREGA, Marcos Antônio Rios da. Participação em banca de Juliana Melcop de Castro Schor. Aplicação do Retail Wheeling ao setor elétrico brasileiro: vantagens e possibilidades. 2016. Dissertação (Mestrado em Cursos de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

29.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; ARAÚJO, M. L. de Corrêa; BOAVIAGEM, A. A.; NOBREGA, M. A. Rios.; PIMENTEL, A. F.; CAVALCANTI, Francisco Queiroz de Bezerra. Participação em banca de Marcel Burkhardt Costi. Subvenção de Aléas Extraordinárias nas Concessões de energia elétrica do Brasil: aspectos relevantes da utilização da conta de desenvolvimento energético. 2016. Dissertação (Mestrado em Cursos de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

30.

BOAVIAGEM, A. A.; NOBREGA, F. F. B.; CAVALCANTI, F. Q. B; ARAÚJO, M. L. de Corrêa; **NOBRE JUNIOR, Edilson Pereira**. Participação em banca de Romero Paes Barreto de Albuquerque. Controle jurisdicional das Agências Reguladoras: a atividade normativa das Agências Reguladoras e seu controle pelo Poder Judiciário. 2016. Dissertação (Mestrado em Cursos de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

31.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; DANTAS, Marcelo Navarro Ribeiro; SILVA NETO, F. A. B. E.. Participação em banca de Gustavo Henrique Trajano de Azevedo. Reclamação Constitucional: hipóteses de cabimento no Código de Processo Civil Brasileiro de 2015. 2016.

32.

NOBREGA, Marcos Antônio Rios da; NOBREGA, T. C. A.; **NOBRE JUNIOR, Edilson Pereira**; BOAVIAGEM, A. A.; CAVALCANTI, F. Q. B. Participação em banca de Adriana Soares de Moura Carneiro. "ENTES REGULADORES INDEPENDENTES E NEUTRALIDADE POLÍTICA". 2015. Dissertação (Mestrado em Curso de Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

33.

SILVA, G. J. C. E.; OLIVEIRA, José Luciano Gois de; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira**; CASTRO JUNIOR, T. S.; ARAUJO, M. L. de Corrêa; Silva, A. S. da. Participação em banca de Priscila Lima de Carvalho Silva. "A Literalidade da Reforma Agrária como Trabalho Social: A Necessidade de uma Interlocução Colaborativa entre os Direitos à Alimentação, à Moradia e à Propriedade Privada". 2015. Dissertação (Mestrado em Cursos de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

34.

MEDEIROS, Robson Antão; FREITAS, Lorena de Melo; **NOBRE JUNIOR, Edilson Pereira**. Participação em banca de Gilvanklim Marques de Lima. "O DIREITO A SAÚDE NA CONSTITUIÇÃO DE 1988: ENTRE A CONCRETIZAÇÃO E A INVISIBILIDADE.". 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal da Paraíba.

35.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; CARVALHO, Ivan Lira de; MENDONÇA, Fabiano André de Souza. Participação em banca de Beatriz Figueiredo Campos da Nóbrega. "DIREITO AO DESENVOLVIMENTO: tutela nacional e internacional. A Constituição, o planejamento estatal e o sistema da Organização Mundial do Comércio". 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

36.

DANTAS, F. W. L.; Nogueira, Pedro Henrique; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira**. Participação em banca de Thaliane dos Santos Rocha. "Jurisdição Constitucional E Decisão Jurisdicional De Perfil Aditivo: construção normativa possível?". 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Alagoas.

37.

CAVALCANTI, Francisco Queiroz Bezerra; RIBEIRO, R. L.; CASTRO JUNIOR, T. S.; Souza Rodrigues; Campos, Hélio Silva Ourém; **NOBRE JUNIOR, Edilson Pereira**. Participação em banca de Marcelo Vieira de Souza César. "Os Limites do planejamento tributário: institutos jurídicos empregados na repressão à elusão tributária e a norma geral antielusiva no Brasil". 2014. Dissertação (Mestrado em Curso de Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

38.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; SILVA, M. R. F.; Pereira, E. W.. Participação em banca de Claudia Yechi Torres. "A INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL DOS PRINCÍPIOS DA AFETIVIDADE E SOLIDARIEDADE FAMILIAR PELOS TRIBUNAIS SUPERIORES BRASILEIROS". 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

39.

CAVALCANTI, F. I. D.; ARAÚJO, M. L. de Corrêa; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira**; GALINDO, B. C. M. T.; SOARES FILHO, J.; TEIXEIRA, S. T., Participação em banca de RODRIGO VASCONCELOS COELHO DE ARAUJO. "Fornecimento de Medicamentos por Decisão Judicial: O Controle das Políticas de Saúde a partir da Jurisdição (neo)Constitucional". 2014. Dissertação (Mestrado em Curso de Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

40.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Caroline de Fátima da Silva Torres. A Autonomia das Agências Reguladoras Brasileiras e o Risco de Capturas Econômicas. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

41.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Rodrigo Numeriano Dubourcq Dantas. O novo perfil da relação fiscal: os limites de revisão dos "Autolançamentos" Elisivos pela Administração Fazendária. 2013. Dissertação (Mestrado em Curso de Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

42.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Marília Gabriela de Araújo Melo Pereira. O Poder Normativo Com Ênfase na ANP. 2013. Dissertação (Mestrado em Curso de Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

43.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Leopoldo Fontenele Teixeira. "O licenciamento ambiental como instrumento de efetivação do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado na perspectiva de desenvolvimento sustentável". 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Ceará.

44.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Sealtiel Duarte de Oliveira. "A OBJETIVAÇÃO DO CONTROLE CONCRETO DE CONSTITUCIONALIDADE NAS DÉCISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL". 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

45.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Alan Barros Dias. Parâmetros de Concretização Judicial do Direito Fundamental a Saúde no Fornecimento de Medicamentos. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

46.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Francisco Livanildo da Silva. "O direito a saúde e a política nacional de atenção oncológica - uma análise a partir da crescente judicialização dos medicamentos antineoplásicos". 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

47.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Raimundo Márcio Ribeiro Lima. Participação administrativa processual na Administração Pública Dialógica. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

48.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Valéria Maria Lacerda Rocha. Repercussão geral e súmula vinculante: os efeitos no controle difuso. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

49.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de TELÊMACO CESAR DE OLIVEIRA JUCA. MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE: PROBLEMAS E PERSPECTIVAS DE ARGUMENTAÇÃO CONSEQUENCIALISTA NO STF. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

50.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Angélica Souza Veríssimo da Costa. "O Princípio da Legalidade e os Limites da Produção Normativa das Agências Reguladoras Brasileiras".

51.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de João Veríssimo do Amaral Júnior. "O Controle Externo dos Tribunais de Conta nas Concessões de Serviços Públicos - O Controle ex ante nas concessões como mecanismo de revelação de riscos e mitigação de ineficiências na execução contratual". 2011. Dissertação (Mestrado em Curso de Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

52.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Marcus Vinícius Pereira Júnior. Ativismo Judicial e a Materialização das Políticas Públicas Infante-Juvenis na Constituição da República: Fixação de Planos Ideais de Atuação para Atores do Sistema de Garantia de Direitos. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

53.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação, em banca de HUMBERTO ANTÔNIO BARBOSA LIMA. A BOA-FÉ OBJETIVA NA CONCESSÃO DOS INCENTIVOS FISCAIS. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

54.

MATIAS, J. L. N.; FRANCA, V. R.; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira.** Participação em banca de Marcus Vinícius do Nascimento Lima. Judicialização da política: a expansão da atuação do Poder Judiciário na busca pela efetivação dos direitos fundamentais. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

55.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Newton de oliveira Lima. A construction como método hermenêutico concretizador de direitos fundamentais: aplicação na jurisdição constitucional brasileira. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

56.

SIQUEIRA FILHO, Janilson Bezerra de; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira;** FRANCA, V. R.. Participação em banca de Aline da Rocha Lemos. O princípio constitucional do acesso à justiça e a tutela antecipada de ofício. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

57.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; SARAIVA, Paulo Lopo; MARTINS, L.. Participação em banca de Veruska Sayonara de Gois. O direito à informação jornalística: garantias constitucionais ao direito de ser informado no sistema brasileiro. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

58.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Antônio Gleydson Gadelha de Moura. A medida cautelar na ação direta de inconstitucionalidade: uma abordagem pela perspectiva do princípio do acesso à justiça. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

59.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Mariana Vanucci Vasconcellos. Desenvolvimento como acesso à políticas públicas: a reforma do Estado e a concretização dos direitos

prestacionais. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

60.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Karoline Lins Câmara Marinho. Regime Constitucional da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico aplicável ao setor de combustíveis. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

61.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de João Paulo dos Santos Melo. Desenvolvimento e efetivação do direito a duração razoável do processo civil. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

62.

CANTARELLI, M. O.; BONIFACIO, A. C.; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira.** Participação em banca de Marco Bruno Miranda Clementino. A Constituição Federal de 1988 e a integração regional: o desafio da harmonização tributária. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

63.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; MORAES, José Diniz de; BELO, M. A. C.. Participação em banca de Maurício de Medeiros Melo. O Direito Coletivo prestacional a saúde eo Poder Judiciário: a concretização do artigo 198 da Constituição de 1988 pela via jurisdicional. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

64.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; CAVALCANTI, Francisco Queiroz Bezerra; BONIFACIO, A. C.. Participação em banca de Andreo Aleksandro Nobre Marques. Do controle de constitucionalidade dos atos jurisdicionais transitados em julgado. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

65.

FEITOSA, Raymundo Juliano Do Rego; SILVA, M. R. F.; **NOBRE JUNIOR, Edilson Pereira.** Participação em banca de Vera Maria Alécio Brasil. Da Jurisdição Constitucional: uma análise da concretização dos direitos fundamentais à luz da hermenêutica constitucional. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

66.

MENDONÇA, Fabiano André de Souza; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira.** Participação em banca de Marcus Aurélio de Freitas Barros. Perfis do controle jurisdicional de políticas públicas: parâmetros objetivos e tutela coletiva. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

67.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; HORTA, José Luiz Borges. Participação em banca de Morton Luiz Faria de Medeiros. A missão política do Supremo Tribunal Federal: análise de sua importância como corte constitucional para o controle do poder no Brasil.. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

68.

MORAES, José Diniz de; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira.** Participação em banca de Marcelo Weich Pogliese. Fiscalização difusa da constitucionalidade e o incidente de arguição de

inconstitucionalidade. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

69.

ZAIDAN FILHO, M.; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira**; NÓBREGA, M. A. Rios.. Participação em banca de Gustavo Ramos Carneiro Leão. Defesa da concorrência em Mercados regulados: soluções aos conflitos de competência entre o CADE e as Agência Reguladoras. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

70.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; SILVA, A. C.; SANTOS, G. F. Participação em banca de Mayra Andrade Marinho. Capacidade Contributiva nas Contribuições à Previdência Social: uma aproximação da justiça fiscal em relação aos direitos fundamentais do cidadão-contribuinte. 2005. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

71.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Fernando Braga Damasceno. A investigação criminal garantista. 2005. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Ceará.

72.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Rosaura Moreira Brito Bastos. A TUTELA DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA CONSUBSTANCIADA NA LEI Nº 8.429/92. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Ceará.

73.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Érika Pires Ramos. EMERGÊNCIA E SIMBOLISMO NO DIREITO AMBIENTAL SANCIONADOR. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

74.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Júlia Lopes dos Santos. A EFETIVIDADE DO PROCESSO DE EXECUÇÃO NO ÂMBITO DA JUSTIÇA DO TRABALHO. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

75.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Leonov Pinto Moreira. O PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO E A CONSTITUIÇÃO DE 1988 ABORDAGEM CRÍTICA. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

76.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de José Batista Santana. A MEDIAÇÃO COMO MECANISMO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS TRABALHISTAS. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

77.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Rommel Robatto. DESAFIOS DA ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

78.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; CAVALCANTI, Francisco Queiroz Bezerra; CORRÊA, José Rossini Campos Do Couto; XAVIER, Yanko Marcus de Alencar; FEITOSA, Raymundo Juliano Rego. Participação em

banca de Luis Nogueira Matias. Regime Jurídico e Público e Publicização - A Sociedade Limitada no Ordenamento Jurídico Nacional. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

79.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Paulo Henrique Tavares da Silva. A VALORIZAÇÃO DO TRABALHO COMO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ORDEM ECONÔMICA BRASILEIRA: INTERPRETAÇÃO CRÍTICA E POSSIBILIDADE DE EFETIVAÇÃO. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal da Paraíba.

80.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; RABENHORST, Eduardo; OLIVEIRA, José Luciano Gois de; FEITOSA, Raymundo Juliano Do Rêgo. Participação em banca de Helena Delgado Ramos Fialho Moreira. A Crise da Eficiência do Poder Judiciário no Brasil: Um Necessário Repensar Institucional em tempos de Repensar Institucional em tempos de Reforma. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Teses de doutorado

1.

CAVALCANTI, Francisco Queiroz Bezerra; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira;** SANTOS, G. F.; ARAUJO, M. L. de Corrêa; Melo, L. G. de Gouvêa; AGRA, W. M.. Participação em banca de Danilo Miranda Vieira. Estado e inovação: a contratação pública de encomendas tecnológicas e o fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico nacional. 2023. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

2.

TEIXEIRA, João Paulo F. de Souza Allain; NOBREGA, F. F. B.; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira;** CARVALHO NETO, E. R.; SADEK, M. T. A.; CASTILHO, E. W. V.. Participação em banca de Bruno Jorge Rijo Lamenha Lins. O Ministério Público de 1988: construção, trajetória e mudanças institucionais na fronteira entre o jurídico e o político. 2023. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

3.

CAVALCANTI, F. Q. B.; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira;** Campos, Hélio Silva Ourém; NOBREGA, T. C. A.; Melo, L. G. de Gouvêa; NOBREGA, M. A. Rios da. Participação em banca de Pedro Dias de Oliveira Netto. Procedimentalização da atividade normativa das agências reguladoras: elemento essencial na promoção de uma melhor qualidade regulatória e de maior participação social. 2022. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

4.

CAMMAROSANO, M.; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira;** DANTAS, Marcelo Navarro Ribeiro; CAMARA, J. S. D. A.; ALVIM, E. P. A.. Participação em banca de Marília de Araújo Barros Xavier. O modelo brasileiro de direito administrativo sancionador: do processo civil ao ne bis in idem. 2022. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

5.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; Melo, L. G. de Gouvêa; NOBREGA, M. A. Rios da. Participação em banca de Luiz Eduardo Diniz Araújo. Microgeração de energia elétrica: análise comparada. 2021. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

6.

Melo, L. G. de Gouvêa; SEIXAS, L. F. M.; CAVALCANTI, F. Q. B; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira**; SOUZA, K. L. C. M.; CAMPOS, G. N.. Participação em banca de Gabriel Ulbrik Guerrera. Governança em incentivos fiscais: uma proposta para o Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco. 2021. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

7.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; DIAS, E. R.; STAPAZZON, C. L.. Participação em banca de CID, MARCONI GURGEL DE SOUZA. JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE: ANÁLISE DOS PADRÕES DECISÓRIOS ADOTADOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO NA BUSCA POR UMA RACIONALIDADE NA IMPLEMENTAÇÃO DO DIREITO A SAÚDE PELO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO. 2021. Tese (Doutorado em Direito Constitucional) - Universidade de Fortaleza.

8.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; SILVA, R. P. M.; IORIO FILHO, R. M.; GAMA, G. G. N.; ARAGAO, A. S.. Participação em banca de Ricardo Rage Ferro. Discricionariedade administrativa na composição de conflitos pela advocacia pública federal. 2020. Tese (Doutorado em Direito) - Estácio - Programa de Pós Graduação em Direito.

9.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; CAVALCANTI, Francisco Queiroz Bezerra; LEO, G. R. Carneiro.; LOBATO, C. F. S. T.; AGRA, W. M.; LEITE, G. S.. Participação em banca de Adriana Soares de Moura Carneiro. A vulnerabilidade do atual estado da arte da neutralidade política dos entes reguladores independentes brasileiros: os desafios na (possível) construção de uma moldura jurídica efetivadora da contenção partidária. 2020. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

10.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Thaminne Nathália Cabral Moraes e Silva Rodrigues. Estado de coisas inconstitucional além do simples reconhecimento. 2019. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

11.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; CAVALCANTI, F. Q. B; NOBREGA, T. C. A.; BOAVIAGEM, A. A.; NOBREGA, M. A. Rios da; ARAUJO, M. L. de Corrêa; LOBATO, C. F., S. T.. Participação em banca de Jefferson Dalamura Nascimento. SÍNDROME DA TREDESTINAÇÃO PÚBLICA: Uma diagnose do Estado Brasileiro. 2019. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

12.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; Melo, L. G. de Gouvêa; BOAVIAGEM, A. A.; SILVA, E. M. C. E.; NOBREGA, M. A. Rios da. Participação em banca de Giovanni Christian Nunes campos. A tributação das doações e sucessões causa mortis como instrumento de contração patrimonial no Brasil. 2019. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

13.

TEIXEIRA, S. T.; LEITE, Salomão Glauco; NOBREGA, T. C. A.; LIMA, F. D. S.; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira**; TEIXEIRA, João Paulo F. de Souza Allain; SILVA NETO, F. A. B. E.; ARAÚJO, M. L. de Corrêa. Participação em banca de Livia Dias Barros. "A INTERPRETAÇÃO (IN) CONSTITUCIONAL DO DIREITO A SAÚDE PELAS CORTES INSTITUCIONAIS DE BRASIL E ARGENTINA". 2019. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

14.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; CAVALCANTI, F. I. D.; DANGELO, I. B. M.; CAMPOS, I. Z. A.; BOAVIAGEM, A. A.. Participação em banca de Gina Gouveia Pires de Castro. A Inconstitucionalidade material do objeto racial da Lei de Cotas nº 12.711/2012: uma violação à ideologia da Constituição Federal do Brasil de 1988. 2018. Tese (Doutorado em Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

15.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; CAVALCANTI, Francisco Queiroz Bezerra; BOAVIAGEM, A. A.; BORBA, L. E. C.; PEDROSO, V. A. M.; ANDRADE, E. G. L.; ALVES, R. B.. Participação em banca de José Roberto Wanderley de Castro. A tipicidade dos crimes cibernéticos no Direito Penal brasileiro: um estudo sobre o impacto da lei 12.737/2012 e a (des) construção de uma dogmática penal dos crimes cibernéticos. 2018. Tese (Doutorado em Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

16.

CAVALCANTI, F. I. D.; CAMPOS, I. Z. A.; CUNHA, L. J. R. C. C.; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira**; ARAÚJO, L. H. D.; DANGELO, I. B. M.. Participação em banca de Rosalina Freitas Martins de Sousa. A função jurisdicional adequada e a releitura do princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional. 2017. Tese (Doutorado em Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

17.

LIMA, F. D. S.; ARAÚJO, M. L. de Corrêa; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira**; CAVALCANTI, F. Q. B.; TEIXEIRA, S. T.. Participação em banca de Luiz Henrique Diniz de Araújo. Judicialização da Política, ativismo e discricionariedade judicial - existem constrangimentos eficazes?. 2016. Tese (Doutorado em Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

18.

CAVALCANTI, Francisco Queiroz Bezerra; Hain, Karl-Eberhard; Melo, L. G. de Gouvêa; Campos, Hélio Silva Ourém; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira**; TEIXEIRA, S. T.; FERNANES, Luciana de Medeiros; NOBREGA, M. A. Rios.. Participação em banca de Iazabel Arruda Matheos de Lima. " Normas Tributárias Indutoras Ambientais". 2014. Tese (Doutorado em Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

19.

CAVALCANTI, Francisco Queiroz Bezerra; SANTOLIM, César Viterbo Matos; LEAO, G. R. Carneiro.; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira**; SANTOS, G. F.; BOAVIAGEM, A. A.; ARAÚJO, M. L. de Corrêa; NOBREGA, M. A. Rios da. Participação em banca de Gustavo Massa Ferreira de Lima. "Risco De Corrupção Nos Contratos De Infraestrutura Rodoviária Federal". 2014. Tese (Doutorado em Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

20.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Gustavo Ramos Carneiro Leão. Regimes de Contratação para Produção de Petróleo e Gás no Brasil. O Regime de Concessão Previsto na Lei 9.478/97 e o Regime de Partilha Introduzido pela Lei 12.351/10 sob a Perspectiva da Análise Econômica do Direito. 2013. Tese (Doutorado

em Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

21.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Luciana Ribeiro Campos. Direito Orçamentário em Busca da Sustentabilidade: Do Planejamento à Execução Orçamentária. 2013. Tese (Doutorado em Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

22.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Ana Beatriz Ferreira Rebello Presgrave. A Vinculação nas Decisões de Controle de Constitucionalidade e nas Súmulas Vinculantes: Uma Análise Crítica da Atuação do Supremo Tribunal Federal. 2013. Tese (Doutorado em Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

23.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Flavio de Queiroz Bezerra Cavalcanti. "REGULADORES E SEGUROS NO BRASIL: REGULADORES, CONTRATOS E SINISTROS". 2011. Tese (Doutorado em Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

24.

AGRA, W. M.; CAVALCANTI, Francisco Queiroz Bezerra; Krell, Andreas J. K.; PIMENTEL, A. F.; TEIXEIRA, S. T.; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira.** Participação em banca de Frederico Wildson da Silva Dantas. JUSTIÇA CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS: Função constituinte do Tribunal Constitucional na proteção dos direitos humanos". 2010. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

25.

CAVALCANTI, Francisco Queiroz Bezerra; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira;** SANTOS, G. F.; REIS, A. C. P. M.; ROSA, A. V. P.. Participação em banca de Paulo Afonso Linhares. "A cidadania interativa: plebiscito, referendo e iniciativa popular na Constituição de 1988 e os impactos da revolução tecnológica da informação e comunicação na Constituição de 1988 e os impactos da revolução tecnológica da informação e comunicação na democracia brasileira. 2010. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

26.

CAVALCANTI, F. I. D.; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira;** CANTARELLI, M. O.; FEITOSA, Raymundo Juliano Do Rêgo. Participação em banca de Luiz Alberto Gurgel de Faria. A extrafiscalidade como forma de concretização do princípio da redução das desigualdades regionais. 2009. Tese (Doutorado em Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

27.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; BOAVIAGEM, A. A.; FERNANES, Luciana de Medeiros; NOBREGA, M. A. Rios.; TEIXEIRA, João Paulo F. de Souza Allain. Participação em banca de Theresa Chistine de Albuquerque Nóbrega. Estado e regulação do Terceiro Setor: um estudo sobre o modelo brasileiro de OSCIP e o modelo português de IPSS. 2009. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

28.

BOAVIAGEM, A. A.; GOUVEIA, L. G.; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira;** CAVALCANTI, F. I. D.. Participação em banca de Francisco Antônio de Barros e Silva Neto. A improbidade processual da Administração Pública e sua responsabilidade objetiva pelo dano

processual. 2007. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

29.

CAVALCANTI, F. I. D.; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira**; FEITOSA, Raymundo Juliano Do Rêgo; REZENDE, F. C.. Participação em banca de Luciana de Medeiros Fernandes. Reforma do Estado e terceiro setor (as organizações sociais e os desvirtuamentos dos modelos de implantação na administração pública brasileira. 2007. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

30.

PEREIRA, F. C.; CANTARELLI, M. O.; TORRES, A. C.; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira**; Krell, Andreas J. K.. Participação em banca de Ivan Lira de Carvalho. Proteção penal do ambiente: eficácia, efetividade e eficiência do conjunto normativo. 2006. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

31.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Marcos Antônio Rios da Nóbrega. REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA E A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS. 2005. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

32.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Robertônio Santos Pessoa. CONFIGURAÇÃO ATUAL DA COMPETÊNCIA NORMATIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2003. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

33.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; CAVALCANTI, Francisco Queiroz Bezerra; GONDIM, Linda Maria Pontes; CORRÊA, José Rossini Campos Do Couto; FEITOSA, Raymundo Juliano Rego. Participação em banca de Francisco Luciano Lima Rodrigues. Direito ao Patrimônio Cultural e à Propriedade Privada. 2003. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

34.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; CAVALCANTI, Francisco Queiroz de Bezerra; XAVIER, Yanko Marcius de Alencar; FEITOSA, Raymundo Juliano Do Rego. Participação em banca de João Luís Nogueira Matias. Regime Jurídico Público e Publicização. 2003. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

Qualificações de Doutorado

1.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; GOUVEIA, C.; GOUVEIA, G.. Participação em banca de Anna Priscylla Lima Prado. Controle de constitucionalidade estruturante. Um desafio para superação da crise do sistema democrático brasileiro.. 2021. Exame de qualificação (Doutorando em Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

2.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; Melo, L. G. de Gouvêa. Participação em banca de Gabriel Ulbrik Guerrero. A concessão de incentivos fiscais no contexto do federalismo fiscal cooperativo brasileiro: a compatibilização entre o gasto tributário decorrente das desonerações fiscais e a autonomia financeira dos entes federados. 2021. Exame de qualificação (Doutorando em Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

3.

CAVALCANTI, F. Q. B; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira**; NOBREGA, Marcos Antônio Rios da. Participação em banca de Pedro Dias de Oliveira Neto. Procedimentalização da atividade normativa dos entes reguladores: elemento essencial na promoção de uma melhor qualidade regulatória e de maior participação social. 2021. Exame de qualificação (Doutorando em Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

4.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Joyce Araújo dos Santos. Intervenção do amicus curie na jurisdição democrática da legitimidade das decisões jurídicas no sistema de direito. 2019. Exame de qualificação (Doutorando em Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

Qualificações de Mestrado

1.

AGRA, W. M.; CAVALCANTI, F. Q. B; **NOBRE JÚNIOR, EDILSON PEREIRA**. Participação em banca de Mariana Queiroz Medeiros. Investimentos em inovação (P&D), direito econômico e suplantação do desenvolvimento. 2024. Exame de qualificação (Mestrando em Cursos de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

2.

Melo, L. G. de Gouvêa; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira**; CRISTOPOULOS, B. G. C.. Participação em banca de Pedro Valter Ferreira de Lavor. A constituição econômica e o novo regime fiscal: uma análise da compatibilidade das políticas de austeridade com o Estado social e o desenvolvimento. 2024. Exame de qualificação (Mestrando em Cursos de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

3.

Melo, L. G. de Gouvêa; CRISTOPOULOS, B. G. C.; **NOBRE JÚNIOR, EDILSON PEREIRA**. Participação em banca de Dayana de Moura Borges. Impactos do teto de gastos sobre o orçamento do Programa Bolsa Família: análise do período de 2004 a 2019. 2024. Exame de qualificação (Mestrando em Cursos de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

4.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; Melo, L. G. de Gouvêa; NOBREGA, Marcos Antônio Rios da. Participação em banca de Flávio Guilherme Cavalcanti dos Santos. A LINDB e a gestão pública eficiente: desafios da implementação do consequencialismo responsável.. 2021. Exame de qualificação (Mestrando em Cursos de Pós-Graduação) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

5.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; SILVA NETO, F. A. B. E.; CUNHA, L. J. R. C. C.. Participação em banca de Valquíria Maria Novaes Menezes. A quebra da estabilidade subjetiva no processo civil e sua imbricação com a estabilidade objetiva. Previsibilidade e demanda no processo flexível.. 2021. Exame de qualificação (Mestrando em Cursos de Pós-Graduação) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

6.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; SILVA NETO, F. A. B. E.; CUNHA, L. J. R. C. C.. Participação em banca de Arthur Telles Nébias. O art. 15 do Código de Processo Civil: a aplicação do CPC aos processos

administrativos.. 2021. Exame de qualificação (Mestrando em Cursos de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

7.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; NOBREGA, F. F. B.; Melo, L. G. de Gouvêa. Participação em banca de Danielle Victor Ambrosano. Regressividade do sistema tributário brasileiro e desigualdade de gênero e raça. 2021. Exame de qualificação (Mestrando em Cursos de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

8.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; SILVA NETO, F. A. B. E.; CUNHA, L. J. R. C. C.. Participação em banca de Rebeca Santa Cruz Silva. A aplicação administrativa dos precedentes judiciais. 2019. Exame de qualificação (Mestrando em Curso de Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

Monografias de cursos de aperfeiçoamento/especialização

1.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Patrícia Gondim Moreira Pereira. A repercussão geral e seus efeitos nas decisões do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte. 2010. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

2.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Orlan Donato Rocha. Repactuação dos contratos administrativos em razão de dissídio coletivo de trabalho. 2005. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

3.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Alessandro da Silva Fernandes. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE NA SOLUÇÃO DOS CONFLITOS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. 2004. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

4.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Francisco de Assis Pedroza. A FUNÇÃO INTEGRADORA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. 2004. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

5.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Jailson Leandro de Souza. ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL: QUESTÕES EM TORNO DA LEI N. 9.882/99. 2004. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

6.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; XAVIER, Yanko Marcius de Alencar; CASTRO, Adílson Gurgel de. Participação em banca de Francisco José da Costa Júnior. Uma análise da invalidação dos atos administrativos. 2002. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

7.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; XAVIER, Yanko Marcius de Alencar; CASTRO, Adilson Gurgel de. Participação em banca de Magna Letícia de Azevedo Lopes Câmara. Gestão de convênios. 2002. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

8.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; XAVIER, Yanko Marcius de Alencar; CASTRO, Adilson Gurgel de. Participação em banca de Alcimar de Almeida Silva. Normas gerais de legislação tributária no âmbito municipal. 2002. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

9.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; XAVIER, Yanko Marcius de Alencar; CASTRO, Adilson Gurgel de. Participação em banca de Leonardo Medeiros Júnior. A incidência tributária na comercialização de software. 2002. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1.

ERHARDT, M. O.; CAVALCANTI, Francisco Queiroz Bezerra; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira.** Participação em banca de Thalles Henrique Gomes Brandão. 10 anos da Lei de Cotas: Dos fundamentos à juridicidade da subcota étnico-racial. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

2.

NOBRE JÚNIOR, EDILSON PEREIRA; SANTOS, L. M.; ERHARDT, M. O.. Participação em banca de Edilson Pereira Nobre Júnior. A transparência administrativa e o compartilhamento de dados de acesso restrito entre órgãos públicos: aspectos gerais sobre a cooperação no intercâmbio de informações classificadas. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

3.

NOBRE JÚNIOR, EDILSON PEREIRA; SANTOS, L. M.; ERHARDT, M. O.. Participação em banca de Ana Roberta Góis de Almeida. Ato ímprobo e alterações da Lei nº 14.230/2021: o elemento subjetivo na conduta dos agentes públicos. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

4.

NOBRE JÚNIOR, EDILSON PEREIRA; CAVALCANTI, F. Q. B.; ERHARDT, M. O.. Participação em banca de Wu Shanshan. Análise das principais alterações da Lei nº 14.230/2021: avanços e retrocessos na tutela efetiva da probidade administrativa. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

5.

ERHARDT, M. O.; CAVALCANTI, Francisco Queiroz Bezerra; **NOBRE JÚNIOR, EDILSON PEREIRA.** Participação em banca de Thiago de Lavor Paes Barreto. O requisito de miserabilidade na concessão do benefício de prestação continuada - LOAS: desafios na prática forense. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

6.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; SANTOS, L. M.; ERHARDT, M. O.. Participação em banca de Victor Gabriel Alcântara de Albuquerque. A atribuição de responsabilidade tributária às pessoas jurídicas integrantes de grupos econômicos não formalizados. 2022 - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

7.

SANTOS, L. M.; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira**; ERHARDT, M. O.. Participação em banca de José Gabriel de França. Requisição administrativa como ferramenta do direito administrativo. Uma breve análise da requisição administrativa e de sua utilização no cenário de enfrentamento da pandemia do coronavírus/covid-19. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

8.

NOBRE JÚNIOR, EDILSON PEREIRA; SANTOS, L. M.; ERHARDT, M. O.. Participação em banca de Milena Freitas Gomes. As parcerias público-privadas no contexto de implantação de cidades inteligentes: impactos na ampliação das desigualdades regionais no Brasil. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

9.

ERHARDT, M. O.; **NOBRE JÚNIOR, EDILSON PEREIRA**; SANTOS, L. M.. Participação em banca de Lucas Milet do Amaral Mercês. Perspectivas no papel do controle interno a partir da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021: a nova lei de licitações e contratos administrativos (NLLCA). 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

10.

ERHARDT, M. O.; CAVALCANTI, Francisco Queiroz Bezerra; **NOBRE JUNIOR, Edilson Pereira**. Participação em banca de Carlos Henrique de Lima Lourenço. Os efeitos dos recursos nas punições disciplinares no âmbito do Exército Brasileiro. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

11.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; CAVALCANTI, F. Q. B.; ERHARDT, M. O.. Participação em banca de Flávia Kariny da Silva. Princípio da non reformatio in pejus - a efetivação do princípio da non reformatio in pejus no direito administrativo sancionador na Autarquia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

12.

ERHARDT, M. O.; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira**; SANTOS, L. M.. Participação em banca de Tomás Antônio de Sousa Almeida. Comentários à Lei de Improbidade. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

13.

SANTOS, L. M.; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira**; NÓBREGA, M. A. Rios da. Participação em banca de Isadora Cezar Menezes Gusmão. O processo estrutural como alternativa consequencialista para o controle judicial de políticas públicas: uma análise da Lei nº 13.655/2018. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

14.

CUNHA, L. J. R. C. C.; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira**; AZEVEDO, G. H. T.. Participação em banca de Maria Carolina Cruz Angelim

Rameh.O artigo 26 da Lei de Introdução às NOrmas do Direito Brasileiro: vantagens e desafios da conse. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

15.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; NOBREGA, Marcos Antônio Rios da; SANTOS, L. M.. Participação em banca de Adria D'Angelis Lima Nunes.O fenômeno das fake new analisado a partir das eleições de 2020 do Estado de Pernambuco: será o direito eleitoral capaz de coibi-lo?. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

16.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; SILVA NETO, F. A. B. E.; ERHARDT, M. O.. Participação em banca de Mariana Galvão da Silva Jota.A relativização da coisa julgada tributária: contraposição entre princípios constitucionais no julgamento dos recursos extraordinários 949297 e 955227 pelo STF. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

17.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; SILVA NETO, F. A. B. E.; ERHARDT, M. O.. Participação em banca de Luana Ferraz Pedrosa Guerra.O uso de dispute boards para a prevenção e solução de litígios em contratos de infraestrutura celebrados pela Administração Pública do Brasil. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

18.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; SANTOS, L. M.; ERHARDT, M. O.. Participação em banca de Patrícia Gueiros de Albuquerque.O controle jurisdicional no âmbito do Processo Administrativo disciplinar à luz do Estado democrático de Direito. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

19.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; TEIXEIRA, S. T.; CAVALCANTI, F. I. D.. Participação em banca de Aline Freitas de Paula e Silva.A Lei 1831 e os caminhos da liberdade através do judiciário do século XIX. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

20.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; CAVALCANTI, F. I. D.; TEIXEIRA, S. T.. Participação em banca de Julienne Diniz Antão.O controle de constitucionalidade das leis: uma análise comparativa Brasil-França. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

21.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; CAVALCANTI, F. I. D.. Participação em banca de Jenner de Melo Oliveira.Análise comparada da tutela constitucional dos índios na Constituição Federal de 1988 e dos povos originários campesinos na Constituição Boliviana de 2009. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

22.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Igor Felipe Torres Ferreira.O princípio da livre iniciativa na Constituição Federal de 1988 e a tradição brasileira do intervencionismo estatal.

2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

23.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; ERHARDT, M. O.; SANTOS, L. M.. Participação em banca de Karina Maria Oliveira de Miranda."A cooperação regulatória frente ao Direito Administrativo Sancionador". 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

24.

ERHARDT, M. O.; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira;** SANTOS, L. M.. Participação em banca de José Rodrigo Vieira de Souza."Sociedade de Economia Mista e a Lei 13.303/16". 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

25.

ERHARDT, M. O.; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira;** SANTOS, L. M.. Participação em banca de Carina Moura Valença."O papel da Ancine para garantir o direito a cultura: uma análise sobre a atuação da agência reguladora nos mecanismos de fenômeno à atividade audiovisual". 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

26.

ERHARDT, M. O.; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira;** SANTOS, L. M.. Participação em banca de Wellington Ferreira Gomes."CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: CASOS EM QUE É DISPENSÁVEL A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA". 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

27.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; SANTOS, L. M.; ERHARDT, M. O.. Participação em banca de Carolina Correia Campelo.A responsabilidade extracontratual do Estado sob a óptica da teoria da dupla garantia. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

28.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; SANTOS, L. M.; ERHARDT, M. O.. Participação em banca de Paulo Vinícius Cabral dos Santos.A colisão entre poderes de corrente tênue baliza interpretativa da tutela da moralidade. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

29.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; SANTOS, L. M.; ERHARDT, M. O.. Participação em banca de Daniele Ferreira da Silva.Contrato temporário no funcionalismo público: a exceção transformada em regra. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

30.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; ERHARDT, M. O.; SANTOS, L. M.. Participação em banca de Fernanda Fragoso Mendes.Sistema de registro de preços: uma análise acerca do entendimento do Tribunal de Contas da União sobre o rol de hipótese de cabimento. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

31.

SANTOS, L. M.; ERHARDT, M. O.; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira**. Participação em banca de Jailton Fedlipe da Silva.Regulamentos autônomos e controle de constitucionalidade: uma análise da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

32.

ERHARDT, M. O.; SANTOS, L. M.; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira**. Participação em banca de Marcelo Rodrigues de Oliveira.O concurso público e o curso de formação profissional: o caso da Polícia Civil no Brasil. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

33.

SANTOS, L. M.; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira**; ERHARDT, M. O.. Participação em banca de Maria Clara Bandeira de Mello Gadelha.A Lei 13.460 de 2017 e a realização do princípio da eficiência na prestação dos serviços públicos. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

34.

SANTOS, L. M.; ERHARDT, M. O.; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira**. Participação em banca de Priscila Mendonça de Albuquerque.A competência dos tribunais de contas no julgamento das contas dos chefes do executivo. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

35.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; SANTOS, L. M.; ERHARDT, M. O.. Participação em banca de Marina de Siqueira Campos Rebouças.O controle jurisdicional dos atos normativos das agências reguladoras brasileira em face da discricionariedade técnica: uma análise comparada com a experiência regulatória norte-americana. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

36.

ERHARDT, M. O.; SANTOS, L. M.; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira**. Participação em banca de Rafael Leal Botelho Pacheco Meira.O advento do compliance nas empresas estatais: as leis de nº 12.846/2013 e 13.0303/2016 e os Programas de conformidade nas empresas pública e sociedade de Economia mista e suas subsidiárias. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

37.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; KOEHLER, F. A. L.; ALBUQUERQUE, E. L. L.. Participação em banca de Débora Cristina Costa Magalhães.A responsabilidade objetiva das pessoas jurídicas como instrumento atenuante do fenômeno da corrupção. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

38.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; NÓBREGA, M. A. Rios da; ERHARDT, M. O.. Participação em banca de HUGO GOMES DA SILVA.Á liberdade de expressão prevista na CF/88 e o regulamento disciplinar do exército (Decreto NR 4.346, de 26 de agosto de 2002). 2017 - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

39.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; ERHARDT, M. O.; TEIXEIRA, S. T. Participação em banca de Anizio Braga de Assis. Direito licitatório: uma quimera. 2017 - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

40.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de João Ygor Gomes Rodrigues. Municipalização das políticas públicas: enfoque jurídico-político sobre os reflexos do atual sistema federativo brasileiro na governança dos entes federados. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

41.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Filipe Alencar Rosa Sampaio. O ministério público e a tutela de políticas públicas: um estudo sobre a atuação extrajudicial do Parquet. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

42.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Gilberto José Carneiro da Cunha Neto. O direito de concorrência e aos efeitos anticompetitivos da exigência da capacitação técnico operacional. 2016 - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

43.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Silvio Gustavo Vieira Ottoni B da Silva. Formação contratual e a alocação de riscos no âmbito das parcerias público-privadas: breve análise do contrato de concessão administrativa do cento integrado de ressociação de Itaquitinga. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

44.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Victor Augusto Nunes da Silva Emídio. Execuções fiscais: desafios e alternativas para uma maior efetividade na prestação jurisdicional. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

45.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Álvaro Feitosa da Silva Filho. Do ministério público demandista ao resoluto: a evolução do perfil institucional do parquet à luz da Constituição de 1988. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

46.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Beatriz Rocha Pedros. A alteração unilateral qualitativa do contrato administrativo: análise das possibilidades de acr. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

47.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Joana Turton Lopes. Direito antitruste e o mercado financeiro: conflito de atribuições entre o CADE e o BACEN para exercer controle repressivo de condutas anticompetitivas praticadas no âmbito do mercado bancário. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

48.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Ryam Ferreira Agra. As sentenças aditivas na jurisdição constitucional: o STF como legislador positivo?. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

49.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Igor Dantas. Incidência do Imposto de renda nos casos de indenização por dano moral. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

50.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Ircia Santos Bezerra. A utilização da arbitragem pela administração pública. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

51.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Kattine Costa Pedrosa. Agências reguladoras: introdução à uma teoria da legitimação das ideias de Niklas Luhmann. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

52.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Mércia Rodrigues da Silva. Controle jurisdicional do silêncio administrativo frente ao pedido de autorização para financiamento de rádios comunitárias. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

53.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Fernando Felipe Silva. O uso do poder de polícia administrativa nas ocupações irregulares de bens públicos. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

54.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Rafaella Guerra Monte. Financiamento de campanha eleitoral á pratica de caixa dois: mostra da inefetividade das normas eleitorais. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

55.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; Estima Borba; Souza Rodrigues. Participação em banca de Igor Dantas. "Incidência do imposto de renda nos casos de indenização por dano moral". 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

56.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Natália Nunes de Oliveira Silva. A regularidade fiscal. A cobrança de créditos tributários em processos de recuperação judicial e os posicionamentos jurisprudenciais. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

57.

Souza Rodrigues; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira**; Estima Borba. Participação em banca de Luiz Henrique Lagedo Ferraz. Considerações acerca da incidência do Imposto de Renda sobre Produtos Industrializados nas importações de veículo automotor por pessoa física.. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

58.

Souza Rodrigues; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira**; de Oliveira. Participação em banca de PAULO JOSÉ CAVALCANTE SANTANA. REGIME BRASILEIRO DE TRIBUTAÇÃO DAS CONTROLADAS E COLIGADAS NO EXTERIOR. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

59.

Souza Rodrigues; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira**; de Oliveira. Participação em banca de JEFFERSON INACIO RAMOS DA SILVA. DA GUERRA FISCAL DO ICMS A CRIAÇÃO DO IVA NACIONAL. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

60.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; Souza Rodrigues; de Oliveira. Participação em banca de BRUNO PEDRO DA SILVA. SANÇÕES POLÍTICAS NO DIREITO TRIBUTÁRIO E A INSCRIÇÃO DO CONTRIBUINTE NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

61.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Rodrigo Albuquerque Vilar. A instrumentação da compensação tributária a não-cumulatividade da COFINS na cadeia de combustíveis. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

62.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Maria Cláudia de Andrade Oliveira. INTERRUPÇÃO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

63.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; DANTAS FILHO, Luiz Alberto; XAVIER, Yanko Marcius de Alencar. Participação em banca de Gilvânclim Marques de Lima. A TUTELA AMBIENTAL APLICADA À ATIVIDADE DE PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

64.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; MENDONÇA, Fabiano André de Souza; SILVEIRA NETO, Otacílio S.. Participação em banca de Ilia Freire Fernandes Borges. O PODER NORMATIVO DA AGENCIA NACIONAL DE PETRÓLEO. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

65.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; MENDONÇA, Fabiano André de Souza; MACEDO JUNIOR, V. F., Participação em banca de Beatriz Azevedo de Oliveira. A BOA-FÉ OBJETIVA NAS RELAÇÕES NAS RELAÇÕES CONTRATUAIS DE CONSUMO. 2004. Trabalho de Conclusão

de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

66.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; MENDONÇA, Fabiano André de Souza; LIMA FILHO, A. M.. Participação em banca de Adriano Mesquita Dantas.A IMUNIDADE PARLAMENTAR E A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 35. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

67.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Participação em banca de Jorge Cavalcanti Boucinhas Filho.O SIGILO BANCÁRIO COMO COROLÁRIO DO DIREITO A INTIMIDADE. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

68.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; DANTAS, Marcelo Navarro Ribeiro; ACANTARA, Ricardo Wagner de Souza. Participação em banca de José Carlos Dantas Teixeira de Souza.A natureza jurídica da liminar em Mandado de Segurança. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

69.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; CARVALHO, Ivan Lira de; CASTRO, Adilson Gurgel de. Participação em banca de Vivianna Câmara Tavares de Sena Fernandes.Repetição do Indébito Tributário. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Participação em bancas de comissões julgadoras

Professor titular

1.

MENDONÇA, Fabiano André de Souza; CARVALHO, P. B.; CAVALCANTI, F. Q. B; **NOBRE JUNIOR, Edilson Pereira.** O princípio da legalidade administrativa e a vinculação do Estado-Administração aos direitos fundamentais no sistema do direito positivo brasileiro. 2022.

2.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; MENDONÇA, Fabiano André de Souza; CAVALCANTI, F. I. D.; SILVA, M. A. M.. Constitucionalismo disruptivo e participação popular. 2022. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Concurso público

1.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; DAMASCENO, F. B.; QUEIROGA, S. M. W.; LIMA, P. R. O.; CORDEIRO, P. M.; DANTAS, F. W. S.. XIV Concurso Público para o cargo de Juiz Federal Substituto da 5ª Região. 2017. Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

2.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. XI Concurso Público para provimento de cargos de Juiz Federal Substituto da 5ª Região. 2012. Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

3.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; CUNHA, D. B.; DUARTE NETO, Bento Herculano. Presidente da Comissão Examinadora do Concurso de

Provas e Títulos para o cargo de professor de 3º grau na Classe Adjunto, na Área/Disciplina Assistência Jurídica. 2009. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

4.

CHAVES, L. A.; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira**; MACEDO JUNIOR, V. F. Presidente da Comissão Examinadora do Concurso de Provas e Títulos para o cargo de Professor de 3º Grau na Classe Assistente, na Área/Disciplina Assistência Jurídica. 2008. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

5.

FARIA, L. A. G.; GUIMARAES, J. L. A.; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira**. Membro Titular da Comissão Examinadora do IX Concurso Público para o Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 5ª Região. 2007. Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

6.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; MENEZES, M. S. G.; SOUZA, J. E.. Presidente da Comissão de Seleção do processo seletivo simplificado para Professor Substituto na Área/Disciplina Assistência Jurídica. 2006. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

7.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; MACEDO JUNIOR, V. F.; SILVA, Cleanto Fortunato da. Presidente da Comissão de Seleção do processo seletivo simplificado para Professor Substituto na Área/Disciplina Direito Comercial. 2006. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

8.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Membro titular da Comissão organizadora do concurso para professor adjunto da disciplina Direito Constitucional da UFPE.. 2006. Universidade Federal de Pernambuco.

9.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Presidente da Comissão Examinadora do concurso público de provas e títulos para o cargo de professor de 3º grau na classe de adjunto para o Departamento de Direito Privado. 2006. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

10.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; VIAGEM, A. A. B.; DANTAS, F. W. L.. Membro Titular da Comissão Examinadora do VII Concurso para provimento de cargo de Juiz Federal Substituto da 5ª Região. 2005. Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

11.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Membro examinador na Comissão Examinadora do Concurso de Títulos e Provas para Professor Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco. 2005. Universidade Federal de Pernambuco.

12.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; DANTAS, FILHO, Luiz Alberto; GOUVEIA, J. M. A.. Professor Substituto na Área/Disciplina Direito Previdenciário. 2005. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

13.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; MACEDO JUNIOR, V. F.. Presidente da Comissão de Seleção para contratação de Professor Substituto na Área/Disciplina Direito e Legislação Social. 2005. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

14.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; DANTAS, Marcelo Navarro Ribeiro; REBELO JUNIOR, Carlos. Presidente da Banca examinadora para Concurso Público de Provas e Títulos. 2004. Universidade Federal de Sergipe.

Outras participações

1.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Membro da banca examinadora do processo seletivo de candidatos ao corpo docente do Mestrado/ENFAM. 2020. Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.

2.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Membro da Comissão geral para a seleção de professores para compor o corpo docente do Programa de Pós-graduação Profissional em Direito -PPGD/Enfam. 2020. Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.

3.

NÓBREGA, M. A. Rios da; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira;** LOBO, F. A.; BRANDAO, C. R. C. B.; CASTRO JUNIOR, T. S.. Comissão especial de avaliação do Departamento de Direito Público Especializado. 2016. Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

4.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; DAMASCENO, F. B.; QUEIROGA, S. M. W.. Presidente da Comissão Examinadora do XIII do Concurso de Juiz Federal Substituto da 5ª Região. 2015. Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

5.

AZEVEDO, A. V.; MATHIAS, M. L. C.; VIANA, R. G. C.; LUCCA, N.; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira.** Membro da Comissão Julgadora da Defesa de Tese de Doutorado, em 23/05/2014. 2014. Universidade de São Paulo.

6.

CAVALCANTI, E. O. D.; ARAÚJO, M. L. de Corrêa; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira;** GALINDO, B. C. M. T.; TEIXEIRA, S. T.; CAMPOS, I. Z. A.; NÓBREGA, M. A. Rios da; CAVALCANTI, F. I. D.. ?REPENSANDO A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E A LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA NO PARADIGMA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: Por um redirecionamento das relações entre Estado e Sociedade na práxis democrática contemporânea?. 2014. Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

7.

CAVALCANTI, F. I. D.; **NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira;** NÓBREGA, M. A. Rios.; CAMPOS, I. Z. A.; GALINDO, B. C. M. T.; ROSA, A. V. P.. Banca Examinadora de Defesa de Dissertação de Mestrado - 2º Examinador interno, em 18/02/2014. 2014. Universidade Federal de Pernambuco.

8.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Exame dos projetos de seleção do Curso de Pós-Graduação em Direito (Doutorado), referente ao ano 2005.. 2005. Universidade Federal de Pernambuco.

9.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Comissão de Seleção e Admissão do curso de Doutorado em Direito. 2004. Universidade Federal de Pernambuco.

10.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; FRANÇA, Edilson Alves de; SILVA, S. M. A.. Comissão julgadora Concurso Público de Provas e Títulos do Magistério Superior na Classe de Professor Assistente I. 2004. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

11.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; DUARTE NETO, Bento Herculano; MATOS, Francisco Sales. Comissão de Seleção para contratação de Professor Substituto. 2004. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

12.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Membro da Banca examinadora do processo seletivo simplificado para professor substituto. 2004. Universidade Federal de Pernambuco.

13.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Comissão de Seleção e Admissão do curso de Mestrado em Direito. 2003. Universidade Federal de Pernambuco.

14.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; MORAES, José Diniz de; HORTA, José Luiz Borges. Comissão de seleção do Mestrado em Direito da UFRN para o ano letivo de 2003.. 2003. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

15.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; SILVA, Cleanto Fortunato da; DANTAS FILHO, Luiz Alberto. Comissão de Seleção para contratação de Professor Substituto. 2002. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1.

Identidade: histórias por trás do processo.O primeiro caso de apatridia reconhecido no Brasil. 2023. (Seminário).

2.

5º Congresso Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil. Reflexos da lei de improbidade na atuação dos tribunais de contas. 2022. (Congresso).

3.

ANPR - Temas.Impactos da nova lei de improbidade administrativa. 2022. (Simpósio).

4.

Ciclo de estudos jurídicos sobre improbidade administrativa.Aspectos gerais da nova Lei de Improbidade Administrativa. 2022. (Seminário).

5.

Congresso Themis de Processo Constitucional. O que resta do controle incidental de constitucionalidade?. 2022. (Congresso).

6.

IV Congresso de Direito Administrativo do RN. Agências reguladoras e direitos dos administrados. 2022. (Congresso).

7.

Nova lei de improbidade administrativa e impactos no enfrentamento de práticas ilícitas.Prescrição nas ações de improbidade administrativa. 2022. (Seminário).

8.

XIX Congresso Nacional de Estudos Tributários - As conquistas comunicacionais no Direito Tributário Atual. Normas de direito público na Lei de Introdução ao Direito Brasileiro. 2022. (Congresso).

9.

XXXVI Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. Participação popular em licitações e contratações públicas. 2022. (Congresso).

10.

A atuação do TRT6 e do TRF5 na pandemia e o aprendizado para o futuro fut.A atuação do TRF5 na pandemia e o aprendizado para o futuro fu. 2021. (Outra).

11.

Congreso Internacional de Derecho Administrativo. El Ministerio Publico y el acuerdo de non persecución civil. 2021. (Congresso).

12.

Congresso Brasileiro de Direito Administrativo IBDA/AASP - Direito Administrativo e inovação: crise e soluções. Reforma Administrativa e Reorganização Estatal e Privatização. 2021. (Congresso).

13.

Evento Comemorativo aos 50 anos do UNIPÊ.Constituição, Direitos Humanos e Desenvolvimento. 2021. (Outra).

14.

IREEWEBINAR - As possíveis alterações na Lei de Improbidade Administrativa.As possíveis alterações na Lei de Improbidade Administrativa. 2021. (Outra).

15.

OAB, Estado de Direito e Democracia - Homenagem ao Centenário de José Cavalcanti Neves.OAB, Estado de Direito e Democracia - Homenagem ao Centenário de José Cavalcanti Neves. 2021. (Outra).

16.

Reunião online do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados seccional de PE.A atuação do TRT6 e do TRF5 na pandemia e o aprendizado para o futuro. 2021. (Outra).

17.

Seminário Direito Administrativo Sancionador: novos paradigmas. Direito Administrativo Sancionador e agências reguladoras. 2021. (Seminário).

18.

Seminário Internacional Sancionador Comparado. A reserva legal e o Direito Administrativo Sancionador. Considerações em torno do modelo brasileiro e Civil Law.. 2021. (Seminário).

19.

2º Ciclo de debates sobre o Covid-19 e Direito Administrativo. 1 Encontro _ LINDB na pandemia. 2020. (Outra).

20.

As normas da LINDB e a decisão judicial. A LINDB e o juiz. 2020. (Seminário).

21.

Curso de Pós-graduação em Direito Tributário. A LINDB e o Direito Tributário. 2020. (Outra).

22.

XX Semana Jurídica - As normas de Direito Público na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. As normas do Direito Público na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. 2020. (Outra).

23.

XXVI Seminário Internacional - Justiça Federal. Diretrizes para o juiz da Administração Pública. 2020. (Seminário).

24.

Curso de Formação de Formadores - Nível 1 - Região NORDESTE 1. 2019. (Outra).

25.

Escola da Advocacia Geral da União. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. 2019. (Outra).

26.

FÓRUM IBERO-AMERICANO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. Transparência e acesso à informação na Administração Pública. 2019. (Outra).

27.

I Congresso Jurídico do IAP. A LINDB e a influência da realidade na função administrativa. 2019. (Congresso).

28.

III Fórum Nacional da Concorrência e da Regulação - FONACRE. Poder Judiciário e Agências Reguladoras: desafios e experiências. 2019. (Outra).

29.

I Simpósio ABDPRO-ESMAPE - Direito Processual. As inovações da LINDB no processo de controle da Fazenda Pública. 2019. (Simpósio).

30.

O ensino e a prática jurídica.O ensino e a prática jurídica no Brasil. 2019. (Seminário).

31.

100 EDIÇÃO DO PROJETO QUINTA JURÍDICA.A responsabilidade objetiva das pessoas jurídicas por atos lesivos à Administração Pública - Lei nº 12.846/2013. 2018. (Outra).

32.

1º Encontro das Escolas dos Países de Língua Portuguesa. 2018. (Encontro).

33.

I congresso de Direito Contemporâneo: 30 anos da Constituição Federal. Constituição e política: crise econômica e seus reflexos no Direito Constitucional. 2018. (Congresso).

34.

III Congresso Internacional de cidadania e educação fiscal na Lusofonia. Políticas para a cidadania e a educação fiscal. 2018. (Congresso).

35.

Reunião de Diretores das Escolas Judiciais e Federais. 2018. (Outra).

36.

VIII Jornada Internacional Derecho y justicia. El detallismo una particularidad del constitucionalismo brasileño. 2018. (Congresso).

37.

Workshop: demandas estruturais e litígios de alta complexidade.Centro de Inteligência da Justiça Federal. 2018. (Outra).

38.

A judicialização da Saúde no Brasil.A Judicialização da saúde no Brasil: reflexos e desafios.. 2017. (Seminário).

39.

Curso : O Poder Judiciário e a Mídia. 2017. (Outra).

40.

Debate Argumentação sobre precedentes no Estado Democrático de de Direito: um diálogo com Manuel Atienza. 2017. (Outra).

41.

Desafios actuales del control judicial de la administracion Argentina. Controle de Constitucionalidade no Brasil. 2017. (Congresso).

42.

Diálogos constitucionais.Direito Penal e direitos fundamentais: entre o Tribunal Constitucional e o legislador. 2017. (Seminário).

43.

Direito da Regulação.A função normativa das agências reguladoras. 2017. (Seminário).

44.

Direitos fundamentais e sociais em épocas de crise: desafios para a Administração Pública. Direitos fundamentais e sociais em épocas de crise: desafio para a Administração pública. 2017. (Outra).

45.

III Fórum Nacional de Conciliação e Mediação e Curso de Conciliação da ESMAFE 5. 2017. (Outra).

46.

I Jornada de Direito Processual Civil - Comissão Recursos e Precedentes Judiciais. 2017. (Outra).

47.

IV Semana de Extensão promovida pelo Centro Universitário dos Guararapes. Um ano de vigência do CPC-2015 nos Tribunais. 2017. (Seminário).

48.

IX CONGRESSO PERNAMBUCANO DE DIREITO CIVIL. A boa fé e a sua recepção no Direito Público. 2017. (Congresso).

49.

Jornada Recifense de Direito Processual Civil. Precedentes e Segurança Jurídica. 2017. (Outra).

50.

O papel do Poder Judiciário nas democracias. Direitos fundamentais e direito pena: entre o Tribunal Constitucionale o legislador. 2017. (Seminário).

51.

VI Jornada Internacional Derecho y Justicia. Controle de Constitucionalidade no Brasil. 2017. (Outra).

52.

XXVI Simpósio Brasileiro de Direito Previdenciário. Os Desafios dos Direitos Fundamentais Sociais nas Reformas Previdenciárias. 2017. (Simpósio).

53.

Curso Judicialização da Política. 2016. (Outra).

54.

I Congresso Jurisdição e processos constitucionais na América Latina: estudos em homenagem ao Prof. Ivo Dantas Lativnana: estudos em homenagem ao Prof. Ivo Dantas. Tribunal Constitucional e política. 2016. (Congresso).

55.

Seminário Direito e Política na Sociedade da Informação. A transparência administrativa e a lei 12.527/11. 2016. (Seminário).

56.

V Jornada Intenacional Direito e Justiça. Tribunal Constitucional e política. 2016. (Outra).

57.

XXX Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. Eficiência no combate à corrupção: as reformas necessárias no regime de contratações públicas. 2016. (Congresso).

58.

I Simpósio Brasil-Cuba de Derecho Público. Evolução do controle de constitucionalidade no Brasil. 2015. (Simpósio).

59.

Seminário Novo Código de Processo Civil. O novo CPC e a Fazenda Pública em Juízo. 2015. (Seminário).

60.

XXIX Congresso de Direito Administrativo brasileiro. Convidado especial para o concurso de artigos em homenagem ao Professor Nelson Figueiredo. 2015. (Congresso).

61.

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: TEMAS POLÊMICOS E ATUAIS. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E PRESCRIÇÃO. 2014. (Outra).

62.

Protección de los Derechos Humanos en un Contexto Internacional. Diferentes Niveles Territoriales Garantes de Su. 2014. (Seminário).

63.

Quinta Jurídica. O Supremo Tribunal Federal e os grandes temas do Direito Constitucional. 2014. (Seminário).

64.

"10 anos de vigência do Código Civil - Homenagem ao jurista Agnelo Amorim". "10 anos de vigência do Código Civil - Homenagem ao jurista Agnelo Amorim". 2013. (Seminário).

65.

"Quinta Jurídica" "25 anos de Constituição Federal". "25 anos de Constituição Federal". 2013. (Simpósio).

66.

13º Encontro Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional. ADVOCACIA PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS. 2013. (Congresso).

67.

Curso. A nova sistemática da prescrição e decadência. 2013. (Outra).

68.

Seminário em comemoração aos 25 anos da Constituição Federal. Jurisdição Constitucional. 2013. (Seminário).

69.

Seminário Questões Atuais do Direito Tributário. Aspectos Controvertidos da Medida Cautelar Fiscal. 2013. (Seminário).

70.

VI CONGRESSO PERNAMBUCANO DE DIREITO CIVIL. Abuso de Direito no Novo Código Civil. 2013. (Congresso).

71.

XIII Congresso Internacional de Direito Tributário de Pernambuco. Segurança Jurídica e Procedimento Administrativo Tributário. 2013. (Congresso).

72.

10 Anos de Turmas Recursais. Recursos cíveis nos JEF, histórico e sistema recursal. 2012. (Seminário).

73.

Direito Civil para Magistrados Federais. A nova sistemática da prescrição e da decadência. 2012. (Outra).

74.

Direito e Saúde. Direito Fundamental à Saúde à Luz da Jurisprudência. 2012. (Outra).

75.

V Congresso Pernambucano de Direito Civil. Prescrição e Dano ao Erário. 2012. (Congresso).

76.

XII Congresso Internacional de Direito Tributário de Pernambuco. A aplicação de sanções tributárias na jurisprudência e seus reflexos administrativos e civis. 2012. (Congresso).

77.

III CONGRESSO PARAIBANO DE DIREITO ECONÔMICO / CPDECON. "O papel da da jurisdição constitucional na efetivação dos direitos fundamentais". 2011. (Congresso).

78.

V Jornada de Direito Civil. A pretensão de reparação civil da fazenda pública em face do particular, não agente público, prescreve em três anos, na forma do art. 206, §3º, V, do Código Civil. 2011. (Outra).

79.

XI Congresso Internacional de Direito Tributário de Pernambuco. Segurança jurídica no procedimento tributário. 2011. (Congresso).

80.

Curso "Iniciação à Magistratura - X Concurso para Juiz Federal da 5ª Região. Ativismo Judicial. 2010. (Outra).

81.

Jornada Multidisciplinar de Direito. Nova Disciplina do Mandado de Segurança. 2010. (Outra).

82.

Quinta Jurídica. CONTROLE JUDICIAL DOS ATOS ADMINISTRATIVOS: UMA HOMENAGEM AO CENTENÁRIO DE MIGUEL SEABRA FAGUNDES. 2010. (Seminário).

83.

Seminário Jurídico Cinco anos de Justiça Federal no Seridó. Ministrou palestra sobre "Abuso de Direito". 2010. (Seminário).

84.

Seminário Jurídico - cinco anos de Justiça Federal no Seridó. Abuso de direito. 2010. (Seminário).

85.

XXIV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo - O Estado Social e o Direito Administrativo. 2010. (Congresso).

86.

Curso "Ativismo Judicial e Direito à Saúde: contrapontos". Ministrou palestra com o tema "Ativismo judicial - crise de identidade do Poder Judiciário ou exigência contemporânea?". 2009. (Outra).

87.

Curso "Filosofia e Direito: modernidade, razão, decisão. Hans Kelsen, Norberto Bobbio, Hannah Arendt e o New Criticism". Ministrou palestra sobre: Fiscalização da constitucionalidade e medida cautelar. 2009. (Outra).

88.

Curso "Meio ambiente e Justiça Federal: a visão multidisciplinar dos problemas e das soluções". Ministrou palestra sobre "Desapropriação de imóvel rural, cobertura florestal e implicações ambientais. 2009. (Outra).

89.

I Congresso de Direito Administrativo do RN. Atuou como debatedor em um painel do evento. 2009. (Congresso).

90.

IV ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITO PÚBLICO. Ministrou palestra sobre: Segurança jurídica e atos administrativos: anulação e revogação pelo Judiciário de licenças ambientais. 2009. (Encontro).

91.

Seminário INCRA 40 anos: Reforma Agrária, Direito e Justiça. Ministrou palestra sobre: Juros compensatórios na desapropriação para fins de reforma agrária. 2009. (Seminário).

92.

1º Congresso Mossoroense de Direito Contemporâneo. Súmula Vinculante. 2008. (Congresso).

93.

2º Encontro Regional de Oficiais de Justiça avaliadores federais Nordeste II. Aposentadoria do servidor público. 2008. (Encontro).

94.

Ministrou palestra "Súmula Vinculante e segurança jurídica" no Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral, Administrativo e Constitucional. Súmula Vinculante e segurança jurídica. 2008. (Congresso).

95.

Quinta Jurídica. 20 anos da Constituição Federal. 2008. (Encontro).

96.

Apresentou o Painel "Processo Constitucional e Coletivo, no Congresso "O Processo Civil no Século XXI: Reformas e perspectivas. Processo constitucional e coletivo. 2007. (Congresso).

97.

Currículo Permanente - Módulo II - Direito Administrativo, promovido pela EMAGIS - Escola da Magistratura do TRF da 4ª Região.Desapropriação. 2007. (Outra).

98.

Ministrou aula no Curso de iniciação à Magistratura - ESMAFE 5ª Região, abordando o tema "Desapropriação para fins de Reforma Agrária".Desapropriação para fins de Reforma Agrária. 2007. (Outra).

99.

Proferiu a conferência "O princípio da boa-fé no direito brasileiro", na solenidade de lançamento da 6ª edição da Revista Parahyba Judiciária..O princípio da boa-fé no direito brasileiro. 2007. (Outra).

100

.

Proferiu palestra "O controle de constitucionalidade e a súmula vinculante", no I Seminário de Estudos Jurídicos da FARN.Controle de constitucionalidade e a súmula vinculante. 2007. (Seminário).

101

.

Aula expositiva em mini-curso "Direitos Fundamentais e Jurisdição Constitucional".Ministrou mini-curso "Direitos Fundamentais e Jurisdição Constitucional", realizado no período de 08 a 10 de agosto de 2006. 2006. (Seminário).

102

.

Coordenação de trabalhos do Grupo.Coordenador do Grupo de Trabalho "Contratos" para a Semana de Ciências do CCSA da UFRN. 2006. (Oficina).

103

.

Membro da Comissão Científica, conforme Portaria n. 84/2006-CCSA - UFRN.Membro da Comissão Científica do XII Seminário de Pesquisa do CCSA. 2006. (Seminário).

104

.

Ministrante de palestra sobre "Regularização fundiária" no CREA-RN..Regularização fundiária. 2006. (Outra).

105

.

Palestrante com o tema "Questões polêmicas sobre desapropriação", do V Ciclo de Estudos Jurídicos da Justiça Federal em Petrolina.Questões polêmicas sobre desapropriação. 2006. (Outra).

106

.

Quinta Jurídica.Palestra: Controle jurisdicional de Políticas Públicas, proferida no Evento Quinta Jurídica.. 2006. (Outra).

107

.

CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO.Ministrou seis horas-aula no Curso de Direito Administrativo sobre o tema CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E LICITAÇÕES. 2005. (Outra).

108

.

Debates Constitucionais I/2005. Ministrou a palestra: A Jurisdição Constitucional e a Emenda Constitucional n. 45, no Seminário Debates Constitucionais I/2005.. 2005. (Congresso).

109

.

FÓRUM DE GESTORES.Proferiu palestra sobre "O processo administrativo - enfocando a Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, no Fórum de Gestores, realizado em 21 de setembro de 2005, no Tribunal Regional Federal da 5ª Região. 2005. (Outra).

110

.

Jornadas de Estudos NDJ de Direito Administrativo.Participou como conferencista do 3º Painele de Debates, das Jornadas de Estudos NDJ de Direito Administrativo, com o tema INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÓMICO. 2005. (Simpósio).

111

.

Seminário.Participou como conferencista do Seminário "A Reforma do Poder Judiciário e a Justiça do Trabalho", nos dias 19 e 20 de maio de 2005. 2005. (Seminário).

112

.

VIII Congresso de Direito. Palestrante no VIII Congresso de Direito da Faculdade de Direito de Caruaru/ASCES. 2005. (Congresso).

113

.

XI Seminário de Pesquisa do Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA.Coordenador do Grupo de Trabalho "CONTRATOS", durante o XI Seminário de Pesquisa do CCSA, realizado no período de 22 a 26 de agosto de 2005. 2005. (Seminário).

114

.

XI Seminário de Pesquisa do Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA.Ministrou mini-curso JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL, realizado no período de 23 a 25 de agosto de 2005. 2005. (Seminário).

115

.

X Simpósio Transnacional de Estudos Científicos.Palestrante no X Simpósio Transnacional de Estudos Científicos, com o tema Direitos Difusos e Coletivos, no período de 15 a 19 de agosto de 2005. 2005. (Simpósio).

116

.

70 anos do Mandado de Segurança.Coodenador científico do Seminário: 70 anos do Mandado de Segurança. 2004. (Seminário).

117

.

A interiorização da Justiça Federal: Concretização da cidadania.Palestra: Previdência Social e cidadania. Visão jurídica. Críticas e perspectivas.. 2004. (Seminário).

118

.

A reforma previdenciária. Coodenador do Simpósio: A reforma previdenciária. 2004. (Simpósio).

119

.

III Jornada de Direito Civil. Apresentação de defesa de tese para enunciado interpretativo do novo Código Civil na III Jornada de Direito Civil. 2004. (Congresso).

120

.

Jornadas de estudos NDJ de direito administrativo. Jornadas de estudos NDJ de direito administrativo. 2004. (Outra).

121

.

Reflexões sobre a Globalização. Debatedor no Seminário Internacional: Reflexões sobre a Globalização. 2004. (Seminário).

122

.

15 anos da Constituição Federal e a proteção do meio ambiente. Palestrante no Congresso: 15 anos da Constituição Federal e a proteção do meio ambiente, com o tema: Cobertura vegetal nas desapropriações para a reforma agrária.. 2003. (Congresso).

123

.

A REFORMA PREVIDENCIÁRIA EM FOCO - UMA ABORDAGEM JURÍDICA. REFORMA PREVIDENCIÁRIA EM FOCO - UMA ABORDAGEM JURÍDICA. 2003. (Simpósio).

124

.

Curso de Preparação de magistrados, relativo ao V Concurso Público para provimento de Juiz Federal Substituto. Ministrou aula. 2003. (Outra).

125

.

I Ciclo de debates jurídicos do IESP. Palestrante no I Ciclo de debates Jurídicos do Instituto Superior de Educação da Paraíba. 2003. (Outra).

126

.

IX Seminário de pesquisa e extensão do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFRN. Ministrou o mini-curso DIREITOS FUNDAMENTAIS E ARGUMENTOS DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL, no IX Seminário de pesquisa e extensão do CCSA da UFRN. 2003. (Seminário).

127

.

Seminário: Propostas para um novo Brasil. Participação como expositor do Seminário: Propostas para um novo Brasil. 2003. (Seminário).

128

.

10 Anos da Lei de Improbidade Administrativa. Conferencista no seminário: 10 Anos da Lei de Improbidade Administrativa. 2002.

(Congresso).

129

.

Aula inaugural.Aula inaugural da Turma 2002.2 do Curso de Preparação à carreira do Ministério Público.. 2002. (Outra).

130

.

Edição de Medidas Provisórias pelos Estados e Municípios. Conferência magna de abertura do Seminário: Edição de Medidas Provisórias pelos Estados e Municípios. 2002. (Congresso).

131

.

Grandes Temas Jurídicos: O Novo Código Civil.Conferencista no Seminário: Grandes Temas Jurídicos: O Novo Código Civil. 2002. (Seminário).

132

.

II Congresso Brasileiro de Direito Processual. 2002. (Congresso).

133

.

II Encontro dos Juízes e Turmas Recursais Seccionais dos JEF's da 5ª Região.Palestra sobre Medidas Cautelares Antecipatórias no Âmbito dos Juizados Especiais Federais. 2002. (Outra).

134

.

REFORMA AGRÁRIA E AGRONEGÓCIO: uma perspectiva socioeconômica do direito ao uso da terra.Participação como conferencista no Seminário: Reforma Agrária e Agronegócio. 2002. (Seminário).

135

.

Simpósio Norterriograndense de Direito Civil.Palestrante no Simpósio Norterriograndense de Direito Civil. 2002. (Simpósio).

136

.

Simpósio Norte-riograndense de Direito Civil.Coordenador do Simpósio Norte-riograndense de Direito Civil. 2002. (Simpósio).

137

.

2º Congresso Brasileiro de Administração da Justiça. Participação como expositor no 2º Congresso Brasileiro de Administração da Justiça. 2001. (Congresso).

138

.

Conversando sobre Direito Administrativo.Palestrante no Seminário: Conversando sobre Direito Administrativo. 2001. (Seminário).

139

.

Curso de Preparação de Magistrados.Palestra dentro do Curso de Preparação de Magistrados, referente a quarta etapa do IV Concurso

Público para provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto. 2001. (Outra).

140

.

Eficácia da Jurisdição.Participação como expositor do Fórum de Debate: Eficácia da Jurisdição. 2001. (Outra).

141

.

I Jornada Norte/Nordeste de Direito Público Brasileiro.Painelista na I Jornada Norte/Nordeste de Direito Público Brasileiro. 2001. (Seminário).

142

.

I Semana Jurídica do CESESB.Conferencista da I Semana Jurídica do CESESB. 2001. (Outra).

143

.

I Urna Jurídica Nacional. Palestrante no Congresso: I Urna Jurídica Nacional. 2000. (Congresso).

144

.

Pós-Graduação - Especialização em Direito Administrativo.Palestrante no curso de Pós-Graduação Lato Sensu - Especialização em Direito Administrativo - UFPE. 2000. (Outra).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Lei anticorrupção: compliance e acorde de leniência. 2017. (Outro).

2.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Curso "Transformações do Direito Público Francês e seus Reflexos no Direito Brasileiro". 2010. (Outro).

3.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Seminário "Direito e Saúde". 2009. (Outro).

4.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. I Seminário sobre Pesquisa Jurídica. 2008. (Outro).

Orientações

Orientações e supervisões em andamento

Dissertação de mestrado

1.

Cecília Figueredo Marcon. Tratamento de dados pela Administração Pública Federal: entre os poderes do Fisco e a tutela do direito fundamental à proteção de dados. Início: 2023. Dissertação (Mestrado em Cursos de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. (Orientador).

2.

Rafaela Guerra Monte. O direito fundamental à boa administração e sua aplicação no Direito Administrativo brasileiro. Início: 2022. Dissertação (Mestrado em Cursos de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. (Orientador).

3.

Rafael Gomes da Cunha Cavalcante. A inserção dos disputes boards na Administração Pública. Início: 2020. Dissertação (Mestrado em Cursos de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. (Orientador).

4.

 Nathalia Nóbrega Cocentino. Os novos paradigmas do Tribunal de Contas da União e o controle sobre as agências reguladoras. Início: 2020. Dissertação (Mestrado em Cursos de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. (Orientador).

5.

 Vítor Galvão Fraga. Ensaio sobre um direito público de urgência. Início: 2020. Dissertação (Mestrado em Cursos de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. (Orientador).

6.

 Idalina Cecília Fonseca da Cunha Hinrichsen. Intercâmbio de informações fiscais no âmbito internacional: a necessidade de harmonização entre o combate à elusão fiscal e a proteção dos direitos fundamentais do contribuinte no Brasil. Início: 2017. Dissertação (Mestrado em Cursos de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. (Orientador).

7.

Adriana Soares de Moura Carneiro. A vulnerabilidade do atual estado da arte da neutralidade política dos entes reguladores independentes brasileiros: os desafios na (possível) construção de uma moldura jurídica efetivadora da contenção partidarista. Início: 2017. Dissertação (Mestrado em Cursos de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. (Orientador).

Tese de doutorado

1.

 Ednaldo Silva Ferreira Júnior. Direito administrativo sancionador dos contratos administrativos à luz da teoria da regulação responsiva. Início: 2022. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. (Orientador).

2.

 Rafaela Guerra Monte. O direito fundamental à boa administração e sua aplicação no direito administrativo brasileiro. Início: 2022. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. (Orientador).

3.

👤 Romero Paes Barreto de Albuquerque. SEGURANÇA JURÍDICA E PREVISIBILIDADE INSTITUCIONAL: desafios e estratégias para a melhoria do ambiente de negócios no setor de infraestrutura no Brasil.. Início: 2020. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. (Orientador).

4.

👤 Jefferson Dalamura Nascimento. SÍNDROME DA TREDESTINAÇÃO PÚBLICA: Uma diagnose do Estado Brasileiro. Início: 2018. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. (Orientador).

5.

Luiz Eduardo Diniz Araújo. Microgeração de energia elétrica: reflexões do Direito Administrativo. Início: 2018. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. (Orientador).

6.

👤 José Roberto Wanderley. A legalidade dos crimes cibernéticos no Direito Penal brasileiro: um estudo sobre a tipicidade da Lei 12737/2012 e a construção de uma dogmática penal dos crimes cibernéticos. Início: 2017. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. (Orientador).

7.

👤 Sara Maria de Andrade Silva. Permeabilidades entre Direito e Política: uma análise discursiva sobre a politização do Poder Judiciário no Brasil. Início: 2017. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. (Orientador).

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1.

Gabriela Calábria Araújo Moraes dos Santos. O princípio da transparência e o compartilhamento de dados entre entes da Administração Pública: uma análise sobre o tratamento de dados sigilosos ou de acesso restrito à luz do Direito Brasileiro. Início: 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. (Orientador).

2.

Deric Breno Silva Gonçalves. Federalismo processual e processo nos tribunais de contas: controle externo, constituição e democracia. Início: 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. (Orientador).

3.

Alice Aragão Magalhães. A independência das instâncias e suas implicações no sistema de responsabilização do Direito Brasileiro. Início: 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. (Orientador).

4.

Ana Roberta Góis de Almeida. Ato ímprobo e alterações da Lei nº 14.230/21. Início: 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. (Orientador).

5.

Rafael Arruda Arraes de Alencar. Regime jurídico das empresas estatais: análise da governança corporativa e discrição administrativa. Início: 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. (Orientador).

6.

Wu Shanshan. Novas perspectivas trazida pela reforma da Lei de Improbidade administrativa e consequentes desafios à plena efetividade e segurança jurídica na aplicação das normas de improbidade. Início: 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. (Orientador).

7.

Moab de Moraes Lopes. As invalidades nos contratos administrativos segundo a Lei 14.133/2021. Início: 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. (Orientador).

8.

Adria D'Angelies Lima Marques. O fenômeno das fake news nas eleições de 2020 do Estado de Pernambuco. Início: 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. (Orientador).

9.

Tomás Pires Acioli. Justa causa na improbidade administrativa : conformação constitucional de seu conteúdo e o abuso de poder na persecução pública. Início: 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. (Orientador).

10.

Milena Freitas Gomes. Os impactos da Lei de Licitações no contexto de implantação das Smart Cities. Início: 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. (Orientador).

11.

Victor Gabriel Alcântara de Albuquerque. A atribuição de responsabilidade tributária a pessoas jurídicas integrantes de grupos econômicos de fato. Início: 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. (Orientador).

12.

Flávia Karina da Silva. O princípio da non reformatio in pejus no direito administrativo sancionador. Início: 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. (Orientador).

13.

Carolina Correia Campelo. A responsabilidade extracontratual do Estado sob a óptica da teoria da dupla garantia. Início: 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. (Orientador).

14.

Karina Maria Oliveira de Miranda. A cooperação regulatória frente ao Direito Administrativo sancionador. Início: 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. (Orientador).

15.

Marília Brbosa de Lima Bezerra. Judicialização da saúde no Brasil. Início: 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. (Orientador).

16.

Mariana Galvão da Silva Jota. A relativização da coisa julgada tributária. Início: 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. (Orientador).

17.

Carolina Correia Campelo. A responsabilidade extracontratual do Estado sob a óptica da teoria da dupla garantia. Início: 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. (Orientador).

18.

Igor Felipe Torres Ferreira. O princípio da livre iniciativa na Constituição Federal de 1988 e a tradição brasileira do intervencionismo estatal. Início: 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. (Orientador).

19.

Matheus Carvalho Silva. A responsabilidade civil da Administração Pública por falha no dever da fiscalização. Início: 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. (Orientador).

Iniciação científica

1.

Deric Breno Silva Gonçalves. Federalismo processual e processo nos tribunais de contas - controle externo, constituição e democracia. Início: 2023. Iniciação científica (Graduando em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. (Orientador).

2.

Ana Roberta Góis de Almeida. Ato ímprobo e alterações da Lei nº 14.230/21. Início: 2022. Iniciação científica (Graduando em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. (Orientador).

3.

Alice Aragão Magalhães. A controversa fidedignidade dos parâmetros de pesquisa de preços. Início: 2022. Iniciação científica (Graduando em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. (Orientador).

4.

Marina de Siqueira Campos Rebouças. O controle jurisdicional dos atos normativos das agências reguladoras em face da discricionariedade técnica. Início: 2017. Iniciação científica (Graduando em Direito) -

5.

Bruno Henrique Pontes Caribé. Aspectos da tributação sob a ótica da análise econômica do direito: tributação como norma induta e seus efeitos sobre os atores do mercado. Início: 2017. Iniciação científica (Graduando em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. (Orientador).

Orientações de outra natureza

1.

Idalina Cecília Fonseca da Cunha Hinrichsen. Estágio docência na disciplina Direito Administrativo III. Início: 2017. Orientação de outra natureza. Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. (Orientador).

2.

Rafaela Guerra Monte. Estágio docência na disciplina Direito Administrativo Disciplinar e Penal. Início: 2017. Orientação de outra natureza. Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. (Orientador).

3.

MAURICIO SCHIBUOLA DE CARVALHO. Monitoria referente à disciplina PE248 - DIREITO TRIBUTÁRIO 1. Início: 2014. Orientação de outra natureza. Universidade Federal de Pernambuco. Universidade Federal de Pernambuco. (Orientador).

Orientações e supervisões concluídas

Dissertação de mestrado

1.

🎧 Marina de Siqueira Campos Rebouças. As agências reguladoras e o risco da captura: os desafios para uma maior autonomia do sistema regulatório brasileiro.. 2021. Dissertação (Mestrado em Cursos de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco, . Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

2.

🎧 Vítor Galvão Fraga. Direito público de urgência como supedâneo da derrotabilidade no direito administrativo e no direito constitucional. 2021. Dissertação (Mestrado em Cursos de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco, . Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

3.

🎧 Rafaela Guerra Monte. Regulação jurídica e econômica no mercado de medicamentos:fundamento, desafios e impactos regulatórios. 2019. Dissertação (Mestrado em Cursos de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco, . Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

4.

🎧 Pedro Irineu de Moura Araújo Neto. Arbitragem nos contratos de concessões em formato de parcerias público-privadas: adaptações e compatibilizações como o regime jurídico administrativo. 2017. Dissertação (Mestrado em Cursos de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco, . Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

5.

Eduardo Lemos Lins de Albuquerque. Risco, autoregulação e compliance: bases para um modelo de responsabilização autônoma das pessoas jurídicas no Direito Penal. 2017. Dissertação (Mestrado em Cursos de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco, . Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

6.

👤 Lucas Hollanda Belfort. PODER NORMATIVO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS: temperamentos à adaptação dos modelos alienígenas ao ambiente jurídico brasileiro. 2017. Dissertação (Mestrado em Cursos de Pós-Graduação) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco, . Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

7.

👤 Romero Paes Barreto de Albuquerque. Controle jurisdicional das Agências Reguladoras: a atividade normativa das Agências Reguladoras e seu controle pelo Poder Judiciário. 2016. Dissertação (Mestrado em Cursos de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco, . Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

8.

Marcelo Vieira de Souza César. Os limites do planejamento tributário: institutos jurídicos empregados na repressão à elusão tributária e a norma geral antielusiva no Brasil. 2014. Dissertação (Mestrado em Cursos de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco, . Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

9.

👤 Raimundo Márcio Ribeiro Lima. Participação administrativa processual na Administração Pública Dialógica. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, . Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

10.

👤 Valéria Maria Lacerda Rocha. Repercussão Geral e Súmula Vinculante: os efeitos no controle difuso. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, . Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

11.

👤 Telêmaco César de Oliveira Jucá. Modulação dos efeitos da decisão de inconstitucionalidade: problemas e perspectivas de argumentação consequentialista no STF. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, . Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

12.

👤 Humberto Antônio Barbosa Lima. A boa-fé objetiva na concessão dos incentivos fiscais. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, . Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

13.

👤 Marcus Vinicius Pereira Júnior. Ativismo judicial e a materialização das políticas públicas infanto-juvenis na constituição da república: fixação de planos ideais de atuação para atores do sistema de garantia de direitos. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, . Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

14.

☺ Veruska Sayonara de Góis. O direito à informação jornalística: garantias constitucionais ao direito de ser informado no sistema brasileiro. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, . Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

15.

Aline da Rocha Lemos. O princípio constitucional do acesso à justiça e a tutela antecipada de ofício. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, . Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

16.

☺ Carlos Wagner Dias Ferreira. A eficácia dos direitos fundamentais nos contratos de consumo: tentativa de sistematização de uma nova teoria principiológica dos contratos de consumo baseada na relevância dos direitos fundamentais. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, . Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

17.

☺ Valéria Maria Lacerda Rocha. O controle difuso de constitucionalidade como instrumento da democracia. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, . Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

18.

☺ Antônio Gleydson Gadelha de Moura. A medida cautelar na ação direta de inconstitucionalidade: uma abordagem pela perspectiva do princípio do acesso à justiça. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, . Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

19.

☺ Antônio Gleydson Gadelha de Moura. A medida cautelar na ação direta de inconstitucionalidade: uma abordagem pela perspectiva do princípio do acesso à justiça. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, . Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

20.

☺ João Paulo dos Santos Melo. Desenvolvimento e efetivação do direito a duração razoável do processo civil. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, . Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

21.

Marcus Aurélio de Freitas Barros. Perfis do controle jurisdicional de políticas públicas: parâmetros objetivos e tutela coletiva. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, . Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

22.

☺ André Luiz Santa Cruz Ramos. Capacidade contributiva e Imposto de Renda. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco, . Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

23.

Stenvenson Granja Paiva. Compensação de créditos tributários e o processo judicial tributário. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco, . Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

24.

Aline M. Rocha Lemos. Tutela antecipada de ofício nas lides previdenciárias: garantia de acesso à Justiça. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, . Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

25.

🎧 Marcos Vinícius do Nascimento Lima. As garantias constitucionais no Estado democrático de direito: o papel da defensoria pública como fomentadora do acesso à Justiça e da inserção social. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, . Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

26.

🎧 João Paulo dos Santos Melo. Tutela jurisdicional adequada do mandado de injunção. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, . Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

27.

🎧 Paulo Rosenblatt. Competência regulamentar no direito tributário brasileiro: estratégias de flexibilização da legalidade, delegações legislativas e controle judicial. 2005. Dissertação (Mestrado em Curso de Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco, . Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

28.

🎧 Marco Aurélio Ventura Peixoto. Poder Regulamentar da Administração Pública. 2005. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco, . Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

Tese de doutorado

1.

🎧 Luiz Eduardo Diniz Araújo. Microgeração de energia elétrica: análise comparada. 2021. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco, . Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

2.

🎧 Adriana Soares de Moura Carneiro. A vulnerabilidade do atual estado da arte da neutralidade política dos entes reguladores independentes brasileiros: os desafios na (possível) construção de uma moldura jurídica efetivadora da contenção partidária. 2020. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco, . Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

3.

Jefferson Dalamura Nascimento. SÍNDROME DA TREDESTINAÇÃO PÚBLICA: Uma diagnose do Estado Brasileiro. 2019. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco, . Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

4.

José Roberto Wanderley de Castro. A tipicidade dos crimes cibernéticos no Direito Penal brasileiro: um estudo sobre o impacto da lei

12.737/2012 e a (des) construção de uma dogmática penal dos crimes cibernéticos. 2018. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco, . Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1.

Lorena Mariele Bezerra de Medeiros. Direito de greve do servidor público: a efetivação pelo STF. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

2.

Thiago Henrique Cavalcante Uchoa. O princípio da capacidade contributiva como instrumento implementador da justiça fiscal. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

3.

Tatiana Lapa Carneiro Leão. A eficácia da razoável duração do processo como garantia fundamental. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

4.

Patrícia Gondim Moreira Pereira. A repercussão geral e seus efeitos nas decisões do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

5.

Leila Tinoco da Cunha Lima Almeida. Dispensa e inexigibilidade de licitação no Brasil. 2006. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

6.

RODRIGO DANTAS COELHO DA SILVA. Controle dos fundamentos do mérito dos atos das Agências Reguladoras: exceção ou regra?. 2006. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

7.

Orlan Donato Rocha. Repactuação dos contratos administrativos em razão de dissídio coletivo de trabalho. 2005. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

8.

Luciana Soares de Paula Lopes. A LEGALIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS PRATICADOS POR SERVIDORES PÚBLICOS ADMITIDOS IRREGULARMENTE. 2004. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

9.

Lidiane Dantas de Brito. AÇÃO CAUTELAR NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. 2004. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

10.

Karlyne Lacerda de Oliveira. DIREITOS SOCIAIS: EFICÁCIA E GARANTIAS NO CONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO. 2004. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1.

Alice Aragão Magalhães. A "fórmula mágica" de independência entre as instâncias: disfunções na expansão do poder. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

2.

Moab de Moraes Lopes. A invalidação dos contratos administrativos sob a ótica da Lei nº 14.133/2021. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

3.

Gabriela Calábria Araújo Moraes dos Santos. A transparência administrativa e o compartilhamento de dados de acesso restrito entre órgãos públicos: aspectos gerais sobre a cooperação no intercâmbio de informações classificadas. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

4.

Ana Roberta Góis de Almeida. Ato ímprobo e alterações da Lei nº 14.230/2021: o elemento subjetivo na conduta dos agentes públicos. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

5.

Wu Shanshan. Improbidade administrativa: análise das principais alterações instituídas pela Lei nº 14.230/2021. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

6.

Victor Gabriel Alcântara de Albuquerque. A atribuição de responsabilidade tributária às pessoas jurídicas integrantes de grupos econômicos não formalizados. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

7.

Milena Freitas Gomes. As parcerias público-privadas no contexto de implantação de cidades inteligentes: impactos na ampliação das desigualdades regionais no Brasil. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

8.

Flávia Kariny da Silva. Princípio da non reformatio in pejus - a efetivação do princípio da non reformatio in pejus no direito administrativo sancionador na Autarquia de Trânsito e Transporte

Urbano do Recife. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

9.

Adria D'Angelies Lima Marques. O fenômeno das fake news nas eleições de 2020 do Estado de Pernambuco. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

10.

Tomás Pires Acioli. Justa causa na improbidade administrativa : conformação constitucional de seu conteúdo e o abuso de poder na persecução pública. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

11.

Igor Felipe Torres Ferreira. O princípio da livre iniciativa na Constituição Federal de 1988 e a tradição brasileira do intervencionismo estatal. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

12.

Marina de Siqueira Campos Rebouças. O controle jurisdicional dos atos normativos das agências reguladoras brasileira em face da discricionariedade técnica: uma análise comparada com a experiência regulatória norte-americana. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

13.

Hugo Gomes da Silva. A liberdade de expressão prevista na CF/88 e o regulamento disciplinar do exército(Decreto NR 4.346, de 26 de agosto de 2002). 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

14.

Ryam Ferreira Agra. As setenças aditivas na jurisdição constitucional: o STF como legislador positivo?. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

15.

Igor Dantas. Incidência do imposto de renda nos casos de indenização por dano moral. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

16.

Anna Clara Leite Pestana. Limites do planejamento tributário: estudo sobre a compatibilidade de uma norma. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

17.

Bruno Pedro da Silva. Sanções políticas no direito tributário e a inscrição do contribuinte nos órgãos de proteção ao crédito. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade

18.

Jefferson Inácio Ramos da Silva. Da guerra fiscal do ICMS à criação do IVA nacional. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

19.

Gabriela Marques Palácio. Controle de constitucionalidade em processo administrativo tributário: um estudo doutrinário. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

20.

Paulo José Cavalcante Santana. Regime brasileiro de tributação das controladas e coligadas no exterior: (in) compatibilidade com as convenções internacionais para evitar a dupla tributação. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

21.

Maria Beatriz Saboya Barbosa. A tributação como instrumento de regulação da economia privada para redução das desigualdades regionais. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

22.

Aline Cysneiros Landim Barbosa de Melo. O Estudo de Impacto Ambiental como Instrumento de Efetivação do Desenvolvimento Sustentável. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

23.

Laíza Gemir Baracho Campos. Transação Tributária: importância como alternativa consensual de resolução de conflitos e sua regulação no ordenamento jurídico brasileiro. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

24.

Maiara Heni Silva Ferreira. Tributação Ambiental: O ICMS Ecológico os critérios e percentuais adotados na legislação pernambucana. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

25.

Amanda Lins Brito Faneco Amorim. O Regime Diferenciado de Contratações Públicas e suas Principais Inovações em Face da Lei 8.666/93: um estudo dos aspectos mais polêmicos da Lei 12.462/11. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

26.

Fernando Lins de Albuquerque. O ICMS ECOLÓGICO/SOCIOAMBIENTAL: uma análise crítica das legislações dos Estados Brasileiros. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação

em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

27.

José Olegário Miranda Assunção e Silya. IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS NA IMPORTAÇÃO POR PESSOA FÍSICA: uma abordagem constitucional. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

28.

Rodrigo Albuquerque Vilar. A instrumentalização da compensação tributária a não-cumulatividade da COFINS na cadeia de combustíveis. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

29.

Mônica Cidade Ferreira. SIGILO BANCÁRIO E SUA INOPONIBILIDADE AO FISCO. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

30.

Virgínia de Melo Dantas. INFLUÊNCIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO NO DIREITO COMUNITARIO. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

31.

Maísa Medeiros Pacheco de Andrade. RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

32.

Leandro Alves da Silva. INDELEGABILIDADE DA PRÁTICA DO PODER DE POLÍCIA AO PARTICULAR. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

33.

Leandro Faustino da Silva. CONTRATO JURISDICIONAL DOS ATOS DISCRICIONARIOS DO PODER EXECUTIVO. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

34.

Carla Rosaline Pereira de Andrade. RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

35.

Lidiane Cristina de Carvalho Rocha. AS VÁRIAS POSSIBILIDADES POR DESABAMENTO NO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EMPREITADA. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

36.

Larissa Fontes de Carvalho Torres. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR ATOS DO PODER JUDICIÁRIO. 2004. Trabalho de

37.

Kátia Maria Lopes Alves. AS RELAÇÕES HOMOAFETIVAS À LUZ DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS GARANTIDOS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

Iniciação científica

1.

Deric Breno Silva Gonçalves. Federalismo processual e processo nos tribunais de contas - controle externo, constituição e democracia. 2023. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

2.

Mariana Galvão da Silva Jota. Relativização da Coisa Julgada Tributária. 2020. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco. Orientador: Edilson Pereira Nobre Júnior.

Educação e Popularização de C & T

Artigos

Artigos completos publicados em periódicos

1.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Diretrizes para o juiz da Administração Pública a partir do contributo de Vieira de Andrade. Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura, v. 18/2021, p. 123-151-151, 2021.

2.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; TORRES, R. C. L. . A nova Lei de Licitações e o controle das contratações públicas. Revista da AGU, v. 20, p. 19-48, 2021.

3.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Desenvolvimento e Constituição. REVISTA DIREITO E DESENVOLVIMENTO, v. 12, p. 181-192, 2021.

4.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. A LINDB e sua aplicação no direito tributário. Interesse Público, v. 131, p. 43-61, 2022.

Livros e capítulos

1.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; AGUIAR, M. M. S. ; CONCENTINO, N. N. . Sanções administrativas e consensualidade. O acordo de leniência da Lei nº 12.846/2013. In: Edilson Pereira Nobre Júnior. (Org.). Paradigmas do direito administrativo sancionador no

2.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; MENDONÇA, Fabiano André de Souza ; CARVALHO, Ivan Lira de . Amaro Cavalcani. In: Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho; Marco Fábio Morsello; Nelson Rosenvald. (Org.). Protagonistas da responsabilidade civil. 1ªed.Indiatuba: Editora Foco, 2022, v. 1, p. 33-48.

Textos em jornais de notícias/revistas

1.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. A faculdade de Direito do Recife e a funcionalidade da comparação jurídica. CONSULTOR JURÍDICO, 07 jun. 2021.

2.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. A escola do Recife e a comparação jurídica. CONSULTOR JURÍDICO, 15 mar. 2021.

3.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O Direito Comparado e a singularidade de um livro. Revista Consultor Jurídico, www.conjur.br, 11 out. 2021.

4.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. A contrarreforma e o risco de um retrocesso sem igual. CONJUR, 24 jan. 2022.

Apresentações de Trabalho

1.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Fraude à Lei. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

Cursos de curta duração ministrados

1.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Direito Administrativo Sancionador. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

Outras informações relevantes

Juiz Formador do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, desde o ano de 2005. Juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, no biênio 97/98. Membro da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, para o biênio 2006/2008, por indicação do Plenário do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em atendimento a Resolução n. 390/2004, do Conselho da Justiça Federal. Professor dos cursos de Especialização e Mestrado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte até 2011. Pesquisador da Universidade Potiguar, na Linha de Pesquisa Direito da Administração e das Políticas Públicas, no período de 2004 a 2010. Exerceu a Direção do Foro na Seção Judiciária do Rio Grande do Norte nos períodos de 07.01.1995 até 06.01.1996, 07.01.2001 até 06.01.2002, 07.01.2002 até 06.01.2003 e de 07.01.2005 até 06.01.2006. Exerceu a Vice-direção do Foro na Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, por oito exercícios. Atuou como Desembargador Convocado junto ao TRF 5ª Região por 32 (trinta e duas) vezes, no período de 2001 a 2009. Integrou a lista tríplice elaborada pelo TRF 5ª Região para provimento do cargo de Desembargador daquela Corte por três vezes. Desenvolveu como docente da Universidade Potiguar, juntamente com outros professores, Projeto de Pesquisa, com início no ano de 2004, intitulado "Direito administrativo das empresas e organizações não-governamentais, com a seguinte linha de Pesquisa: Direito da Administração e das Políticas Públicas. Parecerista "ad hoc" da Revista da Faculdade de Direito da UFMG, a partir de 2012.

